



UNIVERSIDADE  
E D U A R D O  
M O N D L A N E

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Curso de Licenciatura em Serviço Social

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**DESAFIOS DA ASSOCIAÇÃO HLAYISEKA NA PREVENÇÃO E COMBATE DA  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS CRIANÇAS DE RUA EM PROCESSO DE  
REINSERÇÃO FAMILIAR**

**Autora:** Yoreca Júlio Messias

**Supervisora:** Msc. Catarina Cuambe

**MAPUTO, DEZEMBRO, 2023**

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**

**Departamento de Sociologia**

**Curso de Licenciatura em Serviço Social**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**DESAFIOS DA ASSOCIAÇÃO HLAYISEKA NA PREVENÇÃO E COMBATE DA  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS CRIANÇAS DE RUA EM PROCESSO DE  
REINserÇÃO FAMILIAR**

**Autora:** Yoreca Júlio Messias

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos  
requisitos exigidos para a obtenção do grau de  
Licenciatura em Serviço Social na Universidade  
Eduardo Mondlane.

**Supervisora:** Msc. Catarina Cuambe

Yoreca Júlio Messias

Violência Doméstica: Desafios da Associação Hlayiseka na prevenção e combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane.

Mesa de Júri

Supervisora

Presidente

Oponente

---

---

---

Maputo, aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023

## DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Yoreca Júlio Messias, declaro por minha honra que o trabalho do fim do curso que se segue é de minha autoria e nunca foi apresentado, parcial ou integralmente, para obtenção de qualquer grau académico, ou para outro fim desconhecido e que o mesmo é produto duma investigação pessoal, estando indicada toda a bibliografia utilizada para a sua elaboração.

Maputo, Dezembro, 2023

---

(Yoreca Júlio Messias)

## DEDICATÓRIA

*Com muito carinho, dedico esta monografia aos meus pais, Júlio Augusto Messias e Almerinda Justino Mutola.*

*E, à minha filha, Élia da Rosilene Elias Malazar.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela vida e saúde que me concede, a Ele devo a oportunidade que tive de ingressar numa universidade e me formar.

Aos meus pais, Júlio Augusto Messias e Almerinda Justino Mutolo, agradeço por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim, por me ensinarem a caminhar e assim poder seguir os meus próprios passos. Ao meu irmão Latifo Júlio Messias por ter ajudado a minha Mãe a cuidar da minha filha, para que eu nunca faltasse à faculdade. Estendo a minha gratidão ao meu marido, Elias Rui Malazar, pelo incentivo e compreensão ao longo deste percurso e à minha filha, Élia da Rosilene Elias Malazar, a razão do meu esforço e determinação para buscar sempre o melhor para nós.

Ao corpo docente do departamento de Sociologia, em especial a minha orientadora Dr(a) Catarina Fabião Cuambe que dispensou o seu tempo e apoiou-me, incondicionalmente, para a realização deste trabalho, o meu obrigado.

Agradeço aos meus colegas da faculdade, Charme Felisberto, Maria Uquelícia, Ernestina Barrama, Suzana Baptista, Simão Guirigane, Vanília Samuel e Francisco Matos; mais do que colegas ou um grupo de estudos, fomos uma família e sem vocês esses quatro anos teriam sido uma eternidade.

A todos os colaboradores da Associação Hlayiseka, as meninas da casa Stop1 e a todos os beneficiários envolvidos nesta pesquisa e que prestaram todo o seu apoio para que este trabalho fosse realizado com sucesso, o meu muito obrigado.

E, por fim, endereço a minha profunda gratidão a todos, amigos e familiares que, de forma directa e indirecta, apoiam-me e incentivam-me na minha formação.

A todos vós, o meu KHANIMAMBO!

**EPÍGRAFE**

*A esperança tem asas.  
Faz a alma voar.  
Canta a melodia mesmo sem saber a letra.  
E nunca desiste.  
Nunca*  
(Emily Dickinson, 1999)

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como tema: “Violência Doméstica: desafios da Associação Hlayiseka na Prevenção e Combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.” O mesmo tem como objectivo geral analisar os desafios da Associação Hlayiseka na Prevenção e Combate à Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar. A pesquisa é de carácter qualitativo, tendo sido usados as entrevistas semi-estruturadas e a observação participante como técnicas de recolhas de dados. Desta forma, foi possível observar as actividades realizadas na Associação com as crianças, famílias, assim como, nas comunidades com as famílias e líderes comunitários. O estudo teve como orientação teórica, o materialismo dialéctico e histórico de Karl Marx que propõe analisar a questão social patente na pesquisa na sua totalidade, isto é, em todas as dimensões, políticas, económicas, sociais, culturais, etc. Os resultados da pesquisa revelam que a prevenção e o combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar requerem o envolvimento de toda a sociedade, ou seja, as crianças, a família, a comunidade entre outros atores sociais tem um papel fundamental na prevenção e no combate desta questão social. Para além do envolvimento da sociedade, os resultados mostram que a difusão de informações sobre os direitos e deveres da criança, papel e importância da família no desenvolvimento psicossocial da criança é crucial para Prevenir e Combater a Violência Doméstica.

***Palavras-chave:*** Violência Doméstica, Criança de Rua e Reinserção Familiar



**ABSTRACT**

The present work has as its theme: Domestic Violence: challenges of the Hlayiseka Association in Combating and Preventing Domestic Violence against children in the process of family reintegration. The same has the general objective of analyzing the challenges of the Hlayiseka Association in Preventing and Combating Domestic Violence against children in the process of family reintegration. The research is qualitative, using semi-structured interviews and participant observation as data collection techniques. In this way, it was possible to observe the activities carried out in the Association with children, families, as well as in communities with families and community leaders. The theoretical orientation of the study was Karl Marx's dialectical and historical materialism, which proposes to analyze the social question evident in the research in its entirety, that is, in all dimensions, political, economic, social, cultural, etc. The research results reveal that combating and preventing domestic violence against children in the process of family reintegration requires the involvement of the whole of society, that is, children, the family, the community, among other social actors, play a fundamental role in Prevention and Combating of this social issue. In addition to the involvement of society, the results show that the dissemination of information about the rights and duties of the child, the role and importance of the family in the psychosocial development of the child is crucial to Combating and Preventing Domestic Violence.

**Keywords:** Domestic Violence, Street child and Family Reinsertion

**LISTA DE ABREVIATURAS**

AA	Alcoólatra Anonimos
AC	Análise de Conteúdo
ASCHA	Associação Sócio Cultural Horizonte Azul
EUA	Estados Unidos da América
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
MGCAS	Ministério do Genêro Criança e Acção social
INE	Instituto Nacional de Estatistica
OGB	Organização de Base Comunitária
ONG'S	Organizações não Governamentais
ONU	Oganização das Nacões Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
REFAM	Rede Familiar
SDN	Sociedade das Nações
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

**Índice de Tabelas**

<b>Tabela 1:</b> Plano de Intervenção .....	23
<b>Tabela 2:</b> Perfil dos usuários da Associação Hlayiseka.....	26
<b>Tabela 3:</b> Perfil dos colaboradores da Associação Hlayiseka.....	27

**Índice de Apêndices**

<b>Apêndice A:</b> Termo do Consentimento Informado e Esclarecido.....	55
<b>Apêndice B:</b> Guião de entrevista semi-estruturada para as crianças de rua em processo de reinserção familiar.....	56
<b>Apêndice C:</b> Guião de entrevista para os educadores da Associação Hlayiseka.....	57
<b>Apêndice D:</b> Guião de entrevista semi-estruturada para as famílias.....	58

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	I
DEDICATÓRIA .....	II
AGRADECIMENTOS .....	III
EPÍGRAFE .....	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
LISTA DE ABREVIATURAS .....	VII
Índice de Tabelas .....	VIII
Índice de Apêndices .....	IX
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL .....	9
1.1. Enquadramento teórico .....	9
1.2. Enquadramento Conceptual e Operacional.....	10
1.2.1. Violência Doméstica.....	10
1.2.1.1. Violência Física .....	13
1.2.1.2. Violência sexual.....	14
1.2.1.3. Violência psicológica.....	14
1.2.2. Criança de Rua .....	15
1.2.3. Reinserção familiar .....	16
CAPÍTULO II– METODOLOGIA.....	18
2.1. Natureza da pesquisa.....	18
2.2. Tipo de pesquisa .....	18
2.3. Método... ..	19
2.4. População e amostra .....	19
2.5. Instrumentos de recolha de dados .....	20
2.6. Análise e tratamento de dados .....	21
2.7. Validade e fiabilidade da pesquisa.....	21
2.8. Aspectos éticos da pesquisa .....	22
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO .....	23

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO.....	25
4.1. Caracterização da Associação Hlayiseka.....	25
4.1.1 Actividades Realizadas na Associação Hlayiseka .....	25
4.2. Perfil dos entrevistados .....	25
4.3. Percepção do Processo de Reinserção Familiar na Óptica dos Entrevistados .....	27
4.3.1. As desigualdades sociais e Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.....	31
4.3.2. Acções levadas a cabo pela Associação Hlayiseka para Prevenir e Combater a Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar .....	36
4.3.3. Papel e a importância da actuação do assistente social da Associação Hlayiseka nos casos de Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.....	37
4.3.4. Desafios da Associação Hlayiseka na prevenção e combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.....	38
4.4. Processo de Implementação do Plano de Intervenção .....	40
CONCLUSÃO .....	44
SUGESTÕES.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
APÊNDICES.....	54

## INTRODUÇÃO

Durante séculos e gerações foram utilizados em Moçambique e no mundo, as formas de educação pautadas na punição e nos castigos no seio familiar sem que fossem considerados violência. Na maioria das vezes, eram considerados “um mal necessário”, na medida em que eram práticas que tinham em vista garantir o “Bem” dos indivíduos e da própria família.

A violência era encarada como uma forma de controlo sobre os dependentes, desta forma, o homem podia agredir a mulher e os seus filhos como forma de repreensão. Os actos de violência na família eram, geralmente, justificados pela religião, cultura, dependência económica e pelas desigualdades de género que funcionavam como perpetuadores da Violência Doméstica.

Só a partir da década de 80 que a Violência Doméstica passou a ser reconhecida como um problema social. A sociedade foi mudando as percepções que tinha sobre este tipo de organização social, a família, as suas práticas e, principalmente, sobre a privacidade e a intimidade que lhe estava subjacente. Gradualmente, o Estado começou a intervir na família, “invadindo” o espaço considerado “sagrado”, tomando medidas de actuação e intervenção no seio familiar, protegendo as crianças, mulheres e idosos.

Depois de um longo exercício reflexivo e arranjos sobre os mecanismos de protecção das crianças mediante actos de violência, Moçambique criou a lei nº 10/2004 de 25 de agosto, denominada lei da família. Segundo essa lei, “a família tem o dever de assegurar que não ocorram situações de discriminação, exploração, negligência, exercício abusivo de autoridade ou violência no seu seio” (Lei nº 10/2004, Artigo 4º, alínea d).

O governo moçambicano estabeleceu na Constituição da República, os direitos, os deveres e as liberdades fundamentais para os cidadãos moçambicanos, nos artigos 35º, 36º, 44º e 47º. Para além de criação de leis, planos estratégicos de prevenção e combate á Violência Doméstica contra as crianças, o país conta ainda, com os gabinetes de atendimento à mulher e às crianças vítimas de Violência Doméstica; as linhas de atendimento às vítimas, como por exemplo: a linha Fala Criança– 116, linha verde – 1458 etc. Vários são os esforços empreendidos pelo Estado moçambicano para prevenir e combater a violência doméstica contra as crianças, um mal que assola a sociedade moçambicana.

Apesar das grandes mudanças económicas, sociais, políticas e demográficas, a violência doméstica continua a ser uma realidade nas famílias moçambicanas, razão pela qual o presente trabalho tem como centro de sua abordagem o seguinte tema: Desafios da Associação Hlayiseka na prevenção e combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar. Assim, foi realizado um estudo de caso na Associação Hlayiseka, uma organização sem fins lucrativos que trabalha em prol de bem-estar das crianças em situação de rua, buscando garantir a satisfação de algumas necessidades básicas, tais como saúde, educação, alimentação e habitação. A Associação, tendo consciência dos riscos que as crianças, em especial as raparigas, correm na sociedade, criou um projecto denominado “STOP”, que significa Stop todas as atrocidades cometidas contra as meninas. Ela realiza várias Acções através de projectos sociais para prevenir e combater a Violência Doméstica contra as crianças de rua de modo a assegurar uma reinserção familiar eficaz e positiva.

A pesquisa efectuada pretende demonstrar que, a Violência Doméstica contra as Crianças de rua resulta de situações de desigualdades sociais, isto é, as condições sociais, económica e políticas têm grande influência nesta questão social. A falta de informação sobre os direitos, os serviços de atendimentos às vítimas de Violência Doméstica contribuem para o aumento de casos. Embora, actualmente, o acesso aos meios de comunicação social, tais como, as redes sociais, as televisões e outros mídias, tenha melhorado, ainda constitui um enorme desafio para Moçambique adoptar os mecanismos eficazes para difundir as informações ligadas aos direitos da criança a todos os cidadãos e pô-las em prática.

O estudo, também, pretende analisar os desafios da Associação Hlayiseka na prevenção e combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar. Portanto, serão descritas todas as acções levadas a cabo pela Associação junto às comunidades na busca de soluções viáveis para prevenir e combater a questão social em causa. Uma vez que a pesquisa se realiza no âmbito de licenciatura em Serviço Social, busca-se identificar o papel e a importância da actuação do assistente social da Associação Hlayiseka nos casos de Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.

- **Problema de pesquisa**

No seio familiar, a criança é a pessoa mais fragilizada uma vez que é, natural e judicialmente, dependente de seus progenitores ou responsáveis. Actualmente, o conceito de família está além da



consanguinidade, ou seja, ele não se restringe a aquela constituída por pai, mãe e filhos, existem novas formas de famílias, como é o caso da família adoptiva.

A família é e, sempre, foi o primeiro contacto que o indivíduo tem com o mundo após o seu nascimento.

Ao nascer, a criança é, totalmente, dependente do ambiente à sua volta para sobreviver, as relações que se estabelecem serão cruciais para o seu desenvolvimento. Quando a criança nasce ela é um livro aberto com páginas em branco, não conhece nada, mas vem disposta a apreender novas coisas, ela não é capaz de comparações do certo e errado, bom e mau, apenas absorve tudo (DELANER, 2012 *apud* MENESES, 2020, p. 11).

A família é um espaço de socialização, a primeira instituição a mediar a relação que a criança irá construir em sociedade. É nela que se dá o início ao processo de sociabilidade, educação e formação para o mundo, ou seja, é na família que se prepara o indivíduo para a sua admissão na sociedade. Daí que, o ambiente familiar em que a criança cresce e desenvolve a sua personalidade é muito importante e crucial para o tipo de adulto que irá se tornar.

Os grupos familiares caracterizam-se por vínculos biológicos, mas a sua constituição ao longo da história, em todos os agrupamentos humanos não limitou apenas ao aspecto da procriação e preservação da espécie humana, tornou-se um fenómeno social. Como fenómeno social, ela é dinâmica. As suas denominações, hoje, resultam de um processo histórico, influenciado por diversos factores, económicos, sociais, culturais, políticos e religiosos. E durante essas transformações, as mulheres e as crianças foram assumindo, dentro da família, diferentes papéis e funções.

Na era Romana, a família era organizada sob autoridade do pai que tinha o poder de vida e de morte sobre os filhos, assim como vendê-los ou até castiga-los, com penas corporais. Já a mulher era submissa à autoridade do pai e, conseqüentemente, do marido visto que servia para os afazeres domésticos e a criação dos filhos, pois a lei da época não lhe concedia os mesmos direitos que ao homem. No entanto, o homem, o chefe da família, exercia a autoridade sobre os filhos, a esposa e os escravos. A instituição familiar era uma unidade económica, religiosa, política e jurisdicional (PEREIRA, 1991, p. 23).

Na idade média, a expansão do “cristianismo” influenciou o conceito e a concepção da família. Aqui a criança era vista como um adulto em miniatura. Frabboni (1998) *apud* Gomes (2015, p. 3)

denominou este período de “criança – adulto” ou “infância negada”, no qual ela era ignorada e vivia à margem da sociedade, ou seja, não tinha lugar nem voz e muitas foram as atrocidades cometidas contra a infância. O seu universo era restrito ao mundo adulto e lhe era negado o direito de ser criança, sendo, muitas vezes, utilizada como forma de diversão, como se fosse bichinho de estimação.

No período da revolução industrial, do século XVI ao XVIII, ocorreu uma mudança de postura familiar e a criança passou a ser foco dos interesses dos adultos. Surge, neste cenário, a chamada família moderna (família do burguês), que passa a ter interesse maior na educação da criança. Tal mudança resultou em sentimentos afectivos e mais cuidados, reconhecendo-se que ela fazia parte da continuidade familiar. Neste sentido, Kramer (1987) *apud* Gomes (2015, p. 4) ressalta que “não é a família que é nova, mas sim, o sentimento de família que surge nos séculos XVI e XVIII, inseparável do sentimento de infância”.

Mas, há que ter em conta que enquanto, por um lado, os filhos do burguês recebiam melhores condições, educação e melhores cuidados, por outro, o filho do operário entrava para o mercado de trabalho. Este período é, também, marcado pela exploração da mão-de-obra infantil. Para Marx, um dos efeitos gerados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista teria sido a exploração da força de trabalho de mulheres e crianças da classe operária (MARX, 1973).

Marx, ao apresentar a situação da infância durante a revolução industrial na Inglaterra, demonstrou que é possível abordar questões sociais a partir da infância e que os relatos das crianças podem revelar outras dimensões acerca desses fenómenos. Em França, por exemplo, no século XVIII, em resposta às condições de miséria, abandono e maus-tratos de crianças cujos pais trabalhavam nas fábricas, na fundição e nas minas, surgem instituições infantis filantrópicas com o intuito de auxiliar as famílias da classe operária que precisavam sair para trabalhar por longas horas e não tinham com quem deixar os seus filhos:

(...) foram organizando-se serviços de atendimentos coordenados por mulheres da comunidade para atender as crianças (...) cujos pais trabalhavam em fábricas, fundições e minas originadas da Revolução Industrial, que se implantava na Europa, gradativamente, surgiram outras formas para o atendimento de crianças fora das famílias, em instituições de carácter filantrópicas com objectivo de organizar as condições para o desenvolvimento infantil (PASSAMAI & SILVA, 2009, p. 2-3).

No século XIX, a situação sobre o sentimento da infância continuou a evoluir. As políticas de atendimento à criança e ao adolescente desenvolveram-se no decorrer da história. Só a partir do século XX, é que a infância se torna uma questão central para a sociedade com o surgimento de movimentos sociais que defendiam os direitos das crianças em todo o mundo.

Os EUA foram pioneiros na promoção de uma reforma radical na assistência jurídica ao menor, através da instituição do julgamento de crianças em tribunais especiais. Nessa época, experiências inovadoras surgiram em Boston e Chicago, cidades consideradas verdadeiros laboratórios do crime (SILVA, 2011, p. 36-37). Em Boston foram indetificadas as primeiras tentativas de aplicação do regime de liberdade fiscalizada, no ano de 1869. E, em Chicago, foi instalado o primeiro tribunal para as crianças, em 1899. Estas iniciativas foram seguidas em grande parte dos estados americanos, e em diversos países da Europa ainda no século XIX (RIZZINI, 1997, p. 219 *apud* SILVA, 2011, p. 37).

Seguiu-se a realização, em 1911, do congresso internacional de menores em Paris e a declaração de Gênova sobre os direitos da criança, que foram adoptados pela liga das nações em 1924.

Ainda no século XX, surgem várias organizações não-governamentais (ONG's), entre elas a *Save the Children*. Essas instituições pressionaram os governos de todo o mundo para que se adoptassem medidas, com vista à protecção dos direitos da criança. Outro marco notável no século XX foi a publicação do livro de Philippe Áries. Essa obra torna a infância um objecto legítimo das ciências humanas e sociais, como uma construção social e rompe-se com o modelo desenvolvimentista da psicologia apresentada por Piaget. Vários esforços foram empreendidos a favor dos direitos da criança, destacando-se, também, o exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Sociedade das Nações (SDN) (FRANCISCO, 2016, p. 68).

Moçambique é um dos países signatários da Convenção sobre os Direitos da Criança desde 1990. Em 1994, o país ratificou este instrumento comprometendo-se, deste modo, a garantir os direitos de todas as crianças moçambicanas, assegurando um bom início de vida, um crescimento saudável com acesso aos serviços básicos de educação, saúde, abastecimento de água potável, convivência familiar e comunitária e a participação em questões que lhes dizem respeito. Porém, só no período de 2019 foram registados 5275 casos de crianças dos 0 aos 17 anos que sofreram maus-tratos, físicos, psicológicos, sexuais, (INE, 2019, p. 13). Na maioria das vezes, as raparigas são as que

mais sofrem a violência doméstica, pois em algumas culturas moçambicanas elas são vistas como sendo o sexo mais frágil, daí que têm o papel, apenas, de servir e satisfazer as necessidades dos homens.

Segundo o Boletim da República (2008), artigo 6º, número 01, “Nenhuma criança pode ser sujeita a tratamento negligente, discriminatório, violento e cruel, nem ser objecto de qualquer forma de exploração ou opressão, sendo punido por lei todos os actos que se traduzam em violação dos princípios ora estabelecidos”. O Estado moçambicano compromete-se a assegurar e garantir os direitos da criança, protegendo-a dentro e fora do convívio familiar. Assim, estabeleceu na lei nº 7/2008 de 09 de Julho, artigo 64º o seu compromisso com a protecção da criança e do adolescente.

Por conta da Violência Doméstica, várias crianças têm abandonado os seus lares para viver nas ruas da baixa da cidade de Maputo. Esta situação preocupa o governo, assim como, várias ONG's em Moçambique, entre os quais se destaca a Hlayiseka, uma Associação sem fins lucrativos que trabalha com crianças de e na rua.

A Hlayiseka, actualmente, conta com o projecto stop (acolhe meninas de rua) e a casa Kanimambo (acolhe meninos de rua). O seu esforço visa resgatar as crianças e os adolescentes das ruas, protegê-los para a posterior reintegração nas suas famílias e/ou responsáveis. A existência de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, em situação de rua mostra a dimensão da Violência doméstica em Moçambique, evidenciando a necessidade de sua prevenção e combate por toda a sociedade. Face a este problema coloca-se a seguinte pergunta de partida:

Quais são os desafios da Associação Hlayiseka na prevenção e combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar?

- **Hipóteses**

H1: Associação Hlayiseka aplica estratégias de intervenção social voltadas aos direitos da criança, visando a sua protecção contra qualquer forma de Violência Doméstica antes, durante e após o processo de reinserção familiar.

H2: Aplicação de estratégias de intervenção social focados somente, na sensibilização, educação familiar e comunitária sobre os direitos da criança, antes, durante e após o processo de reinserção

familiar pela Associação Hlayiseka não garante, efectivamente, o combate e a prevenção da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.

- **Justificativa.**

A escolha do tema deve-se, por um lado, com o facto da pesquisadora ter crescido num ambiente não saudável e, várias vezes, ter sofrido violência doméstica. Por conta dessas agressões, desenvolveu graves problemas de saúde. Por outro lado, durante os estágios ela teve a oportunidade de conhecer crianças que sofriam diferentes tipos de Violência dentro da família, mas, infelizmente, não tinham a noção de que seus direitos estavam sendo violados, por isso, muitas delas não denunciavam.

A experiência com essas crianças despertou a necessidade de mostrar à sociedade e, em especial, às famílias, o mal que causam aos seus filhos ao tentarem educá-los através da força, da punição e/ou dos castigos. O foco desta pesquisa é o desdobramento que a violência doméstica traz para as vítimas, o papel do Assistente Social da Associação Hlayiseka face a prevenção e o combate da Violência Doméstica contra as crianças de Rua em processo de reinserção familiar e, principalmente, compreender os desafios impostos a este profissional.

A pesquisa irá reforçar junto às famílias e à sociedade em geral, a urgente necessidade de proteger e cuidar das crianças sem recorrer ao uso da força física nem a outros meios que possam ferir ou prejudicar o seu bem-estar no seio familiar e da sociedade, hoje e no futuro. Esta é, também, uma forma de apelar a intervenção do Estado na garantia dos direitos das crianças, através da implementação e monitoria de políticas sociais universais, capazes de reduzir a sua vulnerabilidade dentro e fora do convívio familiar.

E, por fim, a pesquisa irá contribuir para a construção do conhecimento científico na área do serviço social no que concerne à intervenção do assistente social na prevenção e no combate da violência doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.

- **Objectivos**

**Gerais:**

- ✓ Analisar os desafios da Associação Hlayiseka na prevenção e combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.

**Específicos:**

- ✓ Identificar o papel e a importância da atuação do assistente social da associação Hlayiseka nos casos de Violência Doméstica contra as crianças em processo de reinserção familiar;
- ✓ Descrever as ações levadas a cabo pela Associação Hlayiseka para prevenir e combater a ocorrência de casos de violência doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar;
- ✓ Apresentar os desafios da associação Hlayiseka na prevenção e no combate à Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.

- **Quanto à estrutura**

Quanto a estrutura o trabalho é composto por quatro capítulos. No primeiro capítulo encontra-se o enquadramento teórico e conceptual, onde apresenta-se a teoria de base usada para análise dos dados na pesquisa e a conceptualização dos termos chave. O segundo capítulo é reservado à descrição da metodologia, ilustrando os procedimentos técnicos e metodológicos utilizados para a realização do trabalho. No terceiro capítulo apresenta-se o plano de intervenção social, destacando as actividades realizadas na Associação Hlayiseka, visando minimizar os problemas identificados. No quarto e último capítulo apresenta-se a análise, interpretação e discussão dos dados obtidos da pesquisa e o processo de implementação do plano de intervenção, depois deste, encontra-se a conclusão, a bibliografia consultada para a realização da pesquisa e os apêndices.

## **CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL**

Neste capítulo apresenta-se a teoria base que orientou a pesquisa e apresenta-se, também, a conceptualização e operacionalização das palavras-chave tomados em consideração no desenvolvimento da pesquisa, nomeadamente: Violência Doméstica, Criança de Rua e Reinserção familiar.

### **1.1. Enquadramento teórico**

Para analisar os desafios da Associação Hlayiseka na prevenção e combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar recorreu-se à teoria Marxista e ao materialismo dialéctico e histórico. Esta permite situar a questão social presente nessa pesquisa, num contexto social, cultural, político e económico, etc., ao propor a análise da realidade na sua totalidade, isto é, apreender a questão social, da Violência contra as crianças de rua em processos de reinserção familiar, em todas as suas dimensões, de modo a encontrar soluções viáveis para o problema. Essa teoria tem como precursor Karl Marx.

A realidade dos fenómenos a partir da dialéctica é compreendida nas constantes transformações, resultantes dos movimentos que modificam suas bases, pois a realidade não é uma petrificação de movimentos, ao contrário, como aponta Marx (1999, p. 50), é “a síntese de múltiplas determinações” estando, portanto, em movimento e expansão. É possível encontrar relatos de maus-tratos e outras formas de Violência Doméstica contra as crianças, na mitologia ocidental, em passagens bíblicas e em rituais de iniciação ou passagem para a idade adulta. Ela é uma questão social que vem marcando a história da humanidade, várias vezes, legitimado pela cultura, religião e política.

A Violência Doméstica desenvolve-se e dissemina-se nas relações sociais e interpessoais, implicado sempre uma relação de poder, de ordem cultural e perpassa todas as camadas sociais de uma forma profunda, que passa a ser aceite como natural a existência de um mais forte dominando um mais fraco. Portanto, analisar esta questão implica apreender a questão social na sua totalidade, o que evita a naturalização da realidade permeada por desigualdades sociais e negação de direitos.

Segundo Kosik (1976) apud Gasparotto et al. (2016, p. 83), a totalidade diz respeito à realidade como um todo estruturado. A Violência Doméstica como uma questão social deve ser analisada e

entendida na sua totalidade, pois ela é um fenómeno social complexo e multidisciplinar. Sendo assim, a Violência Doméstica contra crianças não é um fenómeno, exclusivamente, da família, há uma necessidade de compreender as responsabilidades do Estado na contemporaneidade, que vai complexificando os conflitos sociais de classe.

Embora, os casos de denúncias da Violência Doméstica contra as crianças sejam mais evidentes nas camadas mais pobres, não significa em hipótese alguma, que somente a classe operária seja “violenta”. Não se pode reduzir o fenómeno somente ao âmbito da economia. É imprescindível a sua análise, uma vez que, nas relações de vitimização, a dominação-exploração transcende as determinações económicas, estando presente em todas as classes sociais, podendo ser considerado, segundo Azevedo e Guerra (1994, p. 45) “como sendo virulentamente democrático”, independente de crenças, etnia e classe social. A Violência Doméstica nega às crianças os direitos fundamentais, tais como: o direito à vida, à dignidade, à liberdade e ao respeito. Portanto, a prevenção e o combate à Violência Doméstica contra a crianças de rua em processo de reinserção familiar devem ter em conta a garantia dos seus direitos. Deste modo, torna-se imprescindível o trabalho com as políticas sociais, capazes de garantir esses direitos que a essas crianças são negados.

## **1.2. Enquadramento Conceptual e Operacional**

No enquadramento conceptual e operacional destacam-se na pesquisa as seguintes palavras-chave: Violência Doméstica, Criança de Rua, Reinserção Familiar.

### **1.2.1. Violência Doméstica**

A Violência Doméstica contra crianças não é um tema novo, porém, ela só passou a ser vista como problema nos dias actuais, com a criação da convenção dos direitos da criança. E para compreender melhor este fenómeno urge discutir antes sobre o conceito de Violência Doméstica no geral.

O termo Violência Doméstica provém do feminismo dos anos de 1960, e era associado, principalmente, à violência contra a mulher. Com o passar do tempo, este termo passou a ser vinculado, não só, à violência contra mulher, mas a todo tipo de agressão contra qualquer membro de um agregado familiar. Ferreira (2019, p. 37) define a Violência Doméstica como sendo um padrão, que envolve um relacionamento abusivo, contra uma pessoa ou contra um dado grupo



doméstico, que age de maneira antiética sendo invasiva na subjectividade do outro de maneira a agredi-lo fisicamente ou psiquicamente.

A Violência Doméstica é definida como sendo um comportamento violento, continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido directa ou indirectamente sob qualquer pessoa que habita no mesmo agregado familiar (GUERRA, p. 23).

Guerra e Ferreira conceituam a Violência Doméstica, como sendo, todo comportamento violento (física, sexual, psicológica, etc.), padrão, ou seja, comportamentos abusivos que seja um modelo de referência e ocorrem com frequência contra outros membros da família, com o intuito de causar danos a outra pessoa. Ela é usada para intimidar, humilhar ou amedrontar as vítimas como uma forma sistemática de manutenção de poder e controlo sobre as mesmas.

Indo mais a fundo do problema, Araújo (2002, p. 2) define a Violência Doméstica como sendo aquela que ocorre na família envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo tecto. Ou seja, a Violência Doméstica não é apenas protagonizada por parentes que vivem no mesmo tecto. Ela inclui outros membros do grupo, os quais não possuem função parental, como empregados, visita e outros agregados familiares.

No entanto, na presente pesquisa a Violência Doméstica será definida como sendo todo acto violento (físico, psicológico e sexual) que ocorre na esfera familiar, exercido por parentes consanguíneos ou não, contra qualquer membro do agregado familiar.

A escolha dessa definição deve-se: primeiro, ao facto de acreditar-se que todos os tipos de Violência Doméstica constituem um crime público, independentemente da sua gravidade, de quem a pratica e das razões que levam a praticar tais actos; segundo, olha-se para a família, não só aquela constituída por pai, mãe e filhos. Pois, a família nos dias actuais vai mais além da consanguinidade. Em Moçambique, a maioria das famílias não obedece o modelo tradicional ou da família nuclear.

Como se deu a entender nos parágrafos anteriores, a Violência Doméstica contra as crianças é uma questão social que é praticado desde os tempos remotos. Embora, inicialmente, não fosse vista como crime, alguns autores já retratavam os maus-tratos contra as crianças como um problema na sociedade. A dependência que elas têm em relação ao adulto para satisfazer as suas necessidades biológicas e outras, pode aumentar a sua vulnerabilidade no seio familiar.

A Violência Doméstica contra as crianças tem espaço em ambientes autoritários, em que o adulto sempre usa o seu poder ou força para educar as crianças. Tal como aponta Ribeiro (2009),

A Violência doméstica consiste numa transgressão do poder disciplinador do adulto convertendo a diferença de idade adulta versus criança na desigualdade de poder intergeracional, numa negação do valor liberdade, exigido que a criança e adolescente sejam cúmplices do adulto, num pacto de silêncio, num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões dele (RIBEIRO, 2009, p. 75).

A Violência Doméstica é, quase sempre, perpetrada por um adulto que detém o poder (económico, físico, emocional) sobre o mais novo, ou seja, existe violência quando se estabelece uma relação de força de um ser em relação ao outro. O conceito de Ribeiro vai mais além, ao afirmar que, no meio das agressões existe um pacto de silêncio entre o adulto ou agressor e a vítima, isto é, o agressor é capaz de manipular e controlar as suas vítimas através das ameaças ou até, transferir a responsabilidade pelo comportamento às vítimas, fazendo com que elas se sintam culpadas pelo ocorrido. Daí que se pode relacionar a Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar ao tipo de violência estrutural, uma vez que ela nasce do próprio sistema social e criada pelas desigualdades sociais. É, no entanto, a própria sociedade que justifica a ideia da existência de um mais forte em relação aos outros, através da disseminação de crenças, práticas culturais e religiosas.

Para Organização Mundial da saúde (OMS),

O abuso ou maus-tratos em relação à criança constitui todas as formas de tratamento doentio físico, emocional, sexual, negligência, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (KRUG et al., p. 31).

Assim como Ribeiro, a definição da OMS envolve a questão do poder do adulto em relação à criança. Mas, mais do que poder, a OMS descreve a Violência Doméstica contra a criança como sendo, um problema de saúde pública. E, ainda se acrescenta aqui a questão da exploração infantil como sendo Violência Doméstica.

No caso concreto de Moçambique, estar-se-ia a falar do trabalho infantil que tem vindo nos últimos anos a afectar as crianças moçambicanas. O trabalho infantil é, também, visto como sendo uma das causas da existência da questão das crianças de rua e na rua. Outro tipo de exploração recorrente é a prostituição infantil protagonizada pelas famílias. Portanto, a definição da OMS

mostra que mais do que violentar fisicamente a criança, a Violência Doméstica pode ser feita através da exploração infantil.

A Violência no campo privado familiar, geralmente, pode ser representada pela omissão dos cuidados, assim como, pelo emprego de abusos físicos, psicológicos, sexuais: são expressões articuladas tanto às relações sociais gerais quanto à específica (FALEIROS, 1998, p. 47). Dias (2014, p. 134) acrescenta que, apesar desta ocorrer no espaço privado ou no lar onde a criança se encontra, ela pode ser cometida por algum parente ou pessoas que tenham funções parental, mesmo que sem laços de consanguinidade. Como já havia se descrito, anteriormente, não é considerado Violência Doméstica apenas quando é praticado por parentes consanguíneos, mas, também, quando é praticado por qualquer indivíduo que seja incumbido o papel parental.

A Violência Doméstica contra as crianças e adolescentes de rua configura-se em Violência física, sexual, psicológica e negligência.

#### **1.2.1.1. Violência Física**

A violência física é definida como sendo a agressão ou uso de força física no relacionamento com a criança, sendo exercida pelos pais ou responsáveis ou mesmo por aqueles que gozam de autoridade no contexto familiar. Há uma necessidade de imposição de força ou mesmo de disciplina por parte do adulto, reforçando a fragilidade e desigualdade da relação adulto-criança. Por meio da Violência física, o adulto agressor determina que tipo de hierarquia será obedecido em casa. As agressões sofridas pelas crianças e adolescentes no seio familiar são disfarçadas pela necessidade de um poder disciplinador e os textos mais antigos reforçam a obrigação dos pais de “Educar” os filhos por meio do uso de força física (AZEVEDO e GUERRA, 2014, p. 95).

Este tipo de violência, a física, é mais frequente, podendo afectar de igual modo, ambos os sexos. Ela tem sido, na maioria das vezes, a principal causa do fenómeno de crianças de rua e na rua. Devido aos maus-tratos, várias crianças abandonam os seus lares para as ruas da baixa da cidade de Maputo, em busca de uma vida independente.

Embora, a rua não seja, em opção alguma, um lugar saudável ou apropriada para as crianças, elas, acabam fazendo dela um lar, onde vivem livres, podendo desenvolver actividades que lhes

possibilitam ganhar dinheiro, sem a supervisão de algum adulto. O facto de elas poderem fazer o que querem, ou sentir que são senhores e donos das suas vidas, dificulta o processo de reinserção familiar uma vez, que elas não estão mais acostumadas a viver num ambiente com regras e, principalmente, com um adulto autoritário.

### **1.2.1.2. Violência sexual**

A violência sexual afecta, com mais intensidade, as raparigas na sociedade moçambicana. É praticado na maior parte pelos padrastos, tios, avôs e há, também, registo de casos de violência sexual cometido pelos pais. Estima-se que a maioria das mulheres e raparigas em Moçambique tenha sido vítima de violência e/ou abuso sexual em algum momento da sua vida, o que resulta em muitos casos de gravidez e casamento precoce, alta incidência de abandono escolar e no actual aumento significativo do número de casos de infecções sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV/SIDA entre o sexo feminino, particularmente, raparigas menores de 18 anos.

A violência sexual é definida por Azevedo e Guerra (2014, p. 96) como “todo acto ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou utilizá-las para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. Os autores mostram que a violência sexual não só afecta as pessoas de sexos diferentes, ela pode ser praticada entre pessoas do mesmo sexo. A violação sexual de crianças revela-se um fenómeno complexo, na medida que, muitas vezes, as crianças que sofrem tais violações não têm noção da situação de abuso ou encontram-se, numa posição de dependência em relação aos perpetradores pelo que as vítimas têm dificuldade para expor os casos. Mesmo que a vítima não tenha noção do abuso, as consequências dela podem ser visíveis. Este tipo de violência, também tem sido uma das razões da permanência das crianças na rua. E ainda, o mais grave é que as raparigas estando na rua, elas estão sujeitas à prostituição.

### **1.2.1.3. Violência psicológica**

Por sua característica subjectiva, a Violência psicológica talvez seja a mais difícil de ser detectada, embora esteja associada aos demais tipos de agressões. De acordo com Abranches e Assis (2001), ela pode incorrer em danos maiores do que outras formas. Considera-se como agressões

psicológica até mesmo o facto de a criança presenciar relacionamentos abusivos entre seus progenitores.

Na concepção de Arruda et al. (2003), a Violência psicológica é toda acção ou omissão que visa causar danos à subjectividade dos indivíduos. Tais aspectos dizem respeito à auto-estima, identidade e ao pleno desenvolvimento dos sujeitos. Incluem as ameaças, humilhações, chantagens, discriminação e exploração. Ela pode ocorrer em simultâneo com os outros tipos de agressão e, é mais recorrente no processo de reinserção familiar. Muitas crianças que retornam à rua após serem reinseridas reclamam a falta de compreensão por parte dos familiares. Por serem ex-moradores de rua, algumas crianças sofrem frequentes humilhações, principalmente, as raparigas. É sabido, que na rua as raparigas envolvem-se no mundo das drogas e prostituição e, algumas até são vítimas de todos os tipos de violência na rua. E, durante o processo de reinserção familiar, algumas famílias tomam conhecimento do ocorrido, fazendo com que algumas meninas sejam humilhadas diariamente, nas famílias e até no bairro onde residem.

A Violência Doméstica tem sido um obstáculo no processo de reinserção familiar, pois, em vários casos ela tem sido a razão da situação dos meninos de rua. E sendo ela a razão desta questão, o processo de reinserção torna-se mais complexo, isto porque, estaríamos a levar a mesma criança que fugiu de casa devido aos maus tratos, de volta para o mesmo ambiente onde as agressões físicas, sexuais e psicológicas ocorrem, e com o risco de serem mais intensos. Portanto, o processo de reinserção familiar não pode ser feito de forma imediata, há, no entanto, uma necessidade de preparar-se um ambiente saudável para, posteriormente, reinserir-se a criança.

### **1.2.2. Criança de Rua**

Nos termos da lei 7/2008 de 9 de Julho, Lei de Protecção e Promoção dos direitos da Criança, considera-se criança toda a pessoa menor de dezoito anos de idade. Este aspecto é confirmado pela Convenção dos Direitos da Criança adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989, ao referir que “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”. Como se pode notar, o conceito de criança é atribuído a pessoa que seja menor de dezoito anos, exceptuando-se os que, por força da lei do seu país, o atribua a maioridade com idade inferior a dezoito anos. Entretanto,

Moçambique enquadra-se nos países que consideram crianças os menores de dezoito anos, sendo-lhe assim aplicável o previsto na Convenção dos Direitos da criança acima mencionado.

Na presente pesquisa, assume-se ser criança “toda pessoa com idade superior ou igual a 6 aos anos e menor de 18 anos. A adopção desse conceito tem a ver, com o facto de o estudo ser realizado numa Associação, que tem como seu grupo alvo as Crianças que vivem na rua, entre os 6 aos 18 anos de idade de ambos os sexos, em situação de abandono e ou exclusão social.

### **1.2.3. Reinserção familiar**

Viver longe da convivência familiar por um período de tempo e depois retornar é uma etapa muito delicada, pois, para o caso da criança de rua significa voltar ao ambiente que por sua fragilidade lhe fez experimentar ao fenómeno de rua e as suas consequências (falta de abrigo, fome, drogas, prostituição, mendicidade, etc.). Mas, porque a família desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento da criança, há necessidade de trabalhar-se para a sua manutenção. Todo indivíduo tem o direito à convivência familiar e comunitária, daí que se torna imprescindível o processo de reinserção familiar.

Etimologicamente, a palavra reinserção (re+inserção), provém do latim *insertione* que significa enxerto e é sinónimo da palavra ressocialização. Essa palavra é mais usada quando se fala de pessoas que estiveram em situação de reclusão ou ex-usuários de drogas que buscam uma nova chance na sociedade, daí que muitos conceitos sobre a reinserção estão vinculados a essas temáticas.

Para Shecaira e Corrêa Junior (1995, p. 44), a ressocialização é a efectiva reinserção social, alicerçada pela criação de mecanismos e condições para que o indivíduo retorne ao convívio social sem traumas ou sequelas, para que possa viver uma vida normal. A reinserção ou ressocialização consiste, segundo esses autores, na criação de mecanismos e condições necessárias, para posterior reintegração de um membro que, por diversas razões deixou de fazer parte da família. É importante criar, antes de tudo, um ambiente de respeito e harmonia para evitar casos de reincidência. A preparação prévia das famílias é um elemento facilitador para o sucesso na reinserção familiar (LANDY e MUNRO 1998 apud SIQUEIRA et al., 2010, p. 08).

Santos (1995, p. 193), afirma que a ressocialização [...] é a reintegração do delinquente na sociedade, presumivelmente, recuperado. Assim como os delinquentes ou criminosos, as crianças de rua são, também, vistas, na maioria das vezes, como sendo “molwenes” e igualmente excluídos da sociedade. Daí que, Albergaria (1996, p. 139) olha para a ressocialização como sendo um direito fundamental do indivíduo e o vincula com estado de direito, que se empenha em assegurar o bem-estar material a todos os indivíduos. A criança de rua como indivíduo em situação de vulnerabilidade e como cidadão tem o direito à família e à sua reinserção na sociedade, para que possa usufruir dos seus direitos.

Para Siqueira et al. (2010, p. 8), a reinserção familiar de crianças é a reunião física e psicológica desta que estava sob cuidados não familiares, com suas famílias de origem. E para que a mesma seja positiva, segundo Carvalho (2007, p. 14) deve-se ter em conta elementos centrais de que:

- É um processo de socialização ou ressocialização do indivíduo;
- É um processo de reestruturação pessoal e recuperação da auto-imagem;
- É um processo de construção de um projecto de vida satisfatório e sustentável;
- Implica a família e a própria comunidade onde o consumidor se insere;
- A comunidade terá que ser um aliado activo em todo este processo.

Ainda segundo o mesmo autor (2007, p. 18), a temática da reinserção interage com muitos outros conceitos, tais como: adaptação, participação, ressocialização, integração e autonomia.

Entretanto, será conceituado a reinserção familiar na presente pesquisa, como sendo, o processo de ressocialização da criança em situação de rua. Pois, acredita-se que a reinserção da criança na família é, reiniciar o processo de socialização através da educação e preparação da criança para assumir uma nova identidade e um novo papel na sociedade. Para que o processo de reinserção tenha sucesso, há essa necessidade de (re)socializar a criança para uma vida a qual ela deixou de fazer parte, vida que obedece regras e normas.

## **CAPÍTULO II– METODOLOGIA**

Neste capítulo serão apresentados os itinerários percorridos, os instrumentos de recolha, análise e interpretação dos resultados que permitiram o alcance dos objectivos traçados anteriormente, assim como todos os aspetos éticos observados no trabalho com os participantes afim de garantir a preservação da sua integridade.

### **2.1. Natureza da pesquisa**

A presente pesquisa quanto à natureza é qualitativa. Segundo Bogdan apud Triviños (1987), a pesquisa qualitativa é descritiva, pois preocupa-se em descrever os fenómenos por meio dos significados que o ambiente manifesta. Entretanto, a pesquisa não procura, efectivamente, descrever as manifestações da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar. A preocupação principal não é trazer dados estatísticos sobre o mesmo, mas sim, a descrição e a compreensão dos desafios que a Associação Hlayiseka tem para a sua prevenção e combate mediante o processo de reinserção familiar da criança de rua.

### **2.2. Tipo de pesquisa**

Quanto ao tipo, a presente pesquisa é bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica é o meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelo qual se busca o domínio dos estados da arte sobre determinado tema como trabalho científico original [...]. Constitui, geralmente, o primeiro passo de qualquer pesquisa científica (CERVO e BERVIAN 2002, p. 66). Ela permitirá ao pesquisador familiarizar-se com o conhecimento já produzido sobre a Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar para sumarizar o que já foi produzido sobre o problema e a partir dela, credibilizar o estudo, mostrando a relevância do tema.

A pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). Portanto, serão utilizados na presente pesquisa, relatórios, artigos, planos estratégicos do governo,



etc., que servirão como fontes de informações, indicações e esclarecimentos para elucidar a questão da violência doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.

Para complementar as pesquisas anteriores, far-se-á o estudo de caso que, segundo Yin (2001, p. 33), é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abre tudo em abordagens específicas de colectas e análise de dados. Ele irá auxiliar no aprofundamento do conhecimento, sobre a realidade das crianças de rua em processo de reinserção familiar, permitindo uma abordagem mais ampla sobre os riscos e/ou ocorrência de violência doméstica com o grupo alvo em estudo.

### **2.3. Método**

Quanto ao método adotar-se-á a pesquisa-acção que segundo Thiollent (2005, p. 16) é um tipo de pesquisa social com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com a acção ou com a resolução de um problema colectivo, no qual a pesquisadora, os educadores sociais da Associação Hlayiseka e as crianças de rua em processo de reinserção familiar vítimas de Violência Doméstica estarão envolvidos do modo cooperativo ou participativo.

A escolha deste método tem a ver, com o facto do mesmo permitir com que, a pesquisadora implemente na sua pesquisa o plano de intervenção baseando-se nos resultados do diagnóstico inicial feito à volta do objecto de estudo com vista a alcançar resultados práticos. A implementação do plano de intervenção visa criar estratégias e desenvolver acções de prevenção e combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar, uma vez que o trabalho do assistente social não se limita na observação e compreensão dos fenómenos sociais.

### **2.4. População e amostra**

O estudo será realizado na Associação Hlayiseka, uma ONG's sem fins lucrativos, que vem desenvolvendo actividades na área social, intervindo junto às crianças em situação de exclusão e marginalização social. Ela tem como missão contribuir para a erradicação das causas que fazem surgir a questão das crianças e adolescentes de rua (ASSOCIAÇÃO HLAYSEKA, 2018, p. 03).

A população de um estudo constitui-se por ser um universo dos elementos em estudo, que é definida por Silva e Menezes (2001), como sendo a totalidade dos indivíduos com características

comuns definidas para um estudo. Portanto, definiu-se como universo do presente estudo 30 indivíduos, constituídos pelos colaboradores e beneficiários da Associação Hlayiseka.

Entretanto, serão envolvidos no total 16 usuários, dos quais 5 crianças de ambos sexos, beneficiários da Associação Hlayiseka, 5 famílias e 6 educadores sociais da Associação Hlayiseka, responsáveis pelo processo de reinserção familiar das crianças de rua.

Quanto ao tipo de amostragem, foi adotada a amostra por conveniência, a qual é usada para criar amostra de acordo com a facilidade de acesso, tendo em conta a disponibilidade dos colaboradores, das famílias e dos beneficiários da Associação Hlayiseka para fazer parte da amostra em determinado intervalo de tempo.

## **2.5. Instrumentos de recolha de dados**

Para a recolha de dados aplicou-se as entrevistas semiestruturadas e a observação participante. A entrevista é um encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto (LAKATOS e MARCONI, 2007). A entrevista semi-estruturada segue um roteiro ou “guião” criado pelo entrevistador, mas, sem prender rigidamente à sequência das perguntas. É chamada por Richardson et.al (2007, p. 212) de entrevista guiada, pois, o entrevistador conhece “previamente” os aspectos (idade, sexo, nível de escolaridade, profissão, etc) que deseja pesquisar e, com base neles, fórmula alguns pontos a tratar na entrevista. Elas tinham como finalidade, a obtenção de depoimentos dos colaboradores da Associação Hlayiseka e das crianças, sobre a situação que eles vivenciaram nas famílias, assim como, analisar as acções levadas a cabo pela Associação para prevenir e combater a Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.

A observação é uma técnica que utiliza os sentidos para obter informações da realidade. Como enfatiza Triviños (1987, p.153), não é, simplesmente, olhar, mas destacar de um conjunto, objectos, pessoas, animais, por algo específico, prestando atenção em suas características, como cor e tamanho, dentre outras. A observação permitiu com que o pesquisador entrasse em contacto directo, com as crianças de rua vítimas de Violência Doméstica durante o processo de sua reinserção familiar, fornecendo um indicador do nível das indagações em relação ao problema de pesquisa e a partir desta análise, se estruturarem posteriores e complementares entrevistas. É ainda

a partir dela, que o pesquisador se familiarizou com a Associação Hlayiseka e conheceu os participantes da pesquisa (A assistente Social, os educadores sociais e as crianças da Associação Hlayiseka), pois, as perguntas de posteriores entrevistas foram feitas com base nos estilos de vida dos participantes e da comunicação (como eles interagem uns com os outros).

## **2.6. Análise e tratamento de dados**

A análise e tratamento de dados compreendem a fase em que o pesquisador estabelece a sua compreensão. Para a análise e tratamentos de dados foi utilizado na presente pesquisa a técnica da Análise de Conteúdo (AC) proposto por Bardin. Segundo Laville e Dionne (1999, p. 215) a AC permite abordar atitudes, valores, representações, mentalidades e ideologias.

De acordo com Bardin (1977, p. 42), a AC pode ser entendida como um conjunto de técnicas da análise de comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...]. Segundo a autora, a AC obedece as seguintes etapas: Organização, codificação e categorização.

## **2.7. Validade e fiabilidade da pesquisa**

A validade diz respeito a veracidade dos dados recolhidos através das técnicas e instrumentos de pesquisa e, para o efeito será o usado o método denominado Triangulação de técnicas de recolha de dados (SCHWEIGERT, 1994), também designada triangulação intramétodo. Ela basear-se-á ao emprego das seguintes técnicas metodológicas: observação participante e entrevistas individuais.

A triangulação permite que o fenómeno em estudo seja abordado de diferentes formas, ou por meio de métodos múltiplos, em tempos e com base em fontes diferentes (SCRIVEN, 1991; WEISS, 1998; EASTHERBYSMITH; THORPE; LOWE, 1999). Towns e Serpell (2004) consideram a triangulação fundamental para prover amplitude e profundidade aos estudos e pesquisas na medida em que permite a duplicação e reprodução a estudos qualitativos.

A fiabilidade diz respeito à consistência ou estabilidade de uma medida ou teste. Na presente pesquisa usou-se o processo designado por teste-reteste. Ele consiste na repetição do mesmo teste sobre os mesmos indivíduos e a posterior comparação dos resultados. Deste modo, as entrevistas

e os questionários serão aplicados duas vezes, antes e depois da implementação do plano de intervenção.

## **2.8. Aspectos éticos da pesquisa**

Tratando-se de um assunto sensível foram tomadas as medidas para proteger a identidade e a imagem dos participantes. A participação dos informantes na entrevista foi feita mediante a obtenção do consentimento informado por escrito.

O anonimato dos participantes e a confidencialidade dos dados foram garantidos na recolha, processamento e análise de dados, através de atribuição de um número para cada participante e nomes fictícios para as crianças, não serão divulgados nomes verdadeiros ou qualquer outro dado de identificação individual. Todos os participantes foram informados sobre a possibilidade de obterem a assistência psicossocial e o acompanhamento, caso desejassem denunciar os actos de violência por eles vivenciados às autoridades policiais.

### CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo são apresentadas as principais actividades planificadas para serem desenvolvidas pela pesquisadora na Associação Hlayiseka, nas famílias e comunidades dos usuários da Associação Hlayiseka, com objectivo de minimizar o problema diagnosticado.

A tabela a seguir ilustra as actividades planificadas para serem desenvolvidas na Associação Hlayiseka durante o período de 5 meses (julho á setembro de 2022 e janeiro à fevereiro de 2023).

**Tabela nº 01:** Plano de Intervenção

Nº	O que fazer?	Porquê?	Quem e como fará?	Onde fará?	Duração
01	Actividades sócioeducativas.	Consciencializar as crianças, famílias e comunidade sobre os direitos das crianças e a importância da família para o desenvolvimento saudável dos usuários da Associação Hlayiseka.	A Pesquisadora, a Assistente Social e os educadores sociais da Associação Hlayiseka, através de palestras e rodas de conversas.	Nos bairros de origem ou nas famílias de acolhimento dos usuários da Associação Hlayiseka, nomeadamente bairro da Zona Verde, Malhazine, Malhapsene e Magoanine.	5 meses (julho a setembro de 2022 e janeiro a fevereiro de 2023)
02	Tutórias (individual, grupal e colectiva).	Aconselhar e incentivar os usuários da Associação Hlayiseka a respeitar as regras e normas familiares	A Pesquisadora, a Assistente Social e os educadores sociais da Associação Hlayiseka,	Nas casas abertas e fechadas da Associação Hlayiseka, nomeadamente Stop1 , Centro	3 meses (julho a setembro de 2022).

			através de conversas abertas.	Hlayiseka e Khanimambo	
03	Apoio psicossocial	Recuperação psicológica e social dos usuários da Associação Hlayiseka e suas famílias. Aumento da auto-estima.	A Pesquisadora, a Assistente Social, os educadores sociais, o psicólogo e os usuários da Associação Hlayiseka com as suas respectivas famílias.	Nos bairros da Zona Verde, Malhazine, Malhapsene, Magoanine e nas casas Khanimambo, Stop1 e centro Hlayiseka.	5 meses (julho a setembro de 2022 e janeiro a fevereiro de 2023).
04	Grupo de apoiomútuo	Partilha de experiências de vida entre os usuários da Associação Hlayiseka e apoio mútuo para superação da Violência Doméstica.	A Pesquisadora e os usuários da Associação Hlayiseka. Para a sua materialização desenvolveu-se conversas e jogos recreativos sugeridos pelas crianças	Nas casas abertas e fechadas da Associação Hlayiseka, nomeadamente Stop1, Centro Hlayiseka e Khanimambo	3 meses (julho a setembro de 2022).

Fonte: Dados de pesquisa de 2022-2023

## **CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO**

Neste capítulo são apresentados, analisados e interpretados os dados recolhidos no campo, com vista a responder as questões de pesquisa e estabelecer uma relação entre o estudo de caso e o quadro teórico.

### **4.1. Caracterização da Associação Hlayiseka**

O estudo foi realizado na Associação Hlayiseka, que em língua Changana significa cuidar, zelar, com sede localizada na Av. Maguigane n°1782. Ela é uma ONG nacional (moçambicana), sem fins lucrativos, que desenvolve actividades na área social, intervindo junto das crianças e adolescentes em situação de exclusão e marginalização social vivendo nas ruas da cidade de Maputo. A Associação surgiu no ano de 2000 com o objectivo de erradicar o fenómeno de crianças de e na rua na cidade de Maputo. A sua missão é reconstruir e refazer os laços de fraternidade danificados nas relações familiares devido a vários factores como se descreve mais adiante.

A Associação Hlayiseka trabalha em regime aberto, semi-aberto e fechado (transaccional), intervindo em ambientes e sectores, como a seguir se descreve: Grupo geral (Meninos e meninas), Grupo controle (Centro/ Stop2), Escritório e Casas Kxanimambo e Stop 1.

#### **4.1.1 Actividades Realizadas na Associação Hlayiseka**

Segundo o regulamento interno da Associação Hlayiseka (2018), são realizadas na instituição as seguintes actividades: Rondas matinais e nocturnas, Atenção básica, Visitas domiciliarias, Apoio psicossocial, Tutorias, Alfabetização, Formação técnico profissional, Actividades socioeducativas, Actividades Extracurriculares e Saúde.

### **4.2. Perfil dos entrevistados**

Para melhor analisar a questão social em estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas a 16 indivíduos, dos quais 5 usuários de ambos sexos em processo de reinserção familiar, 5

parentes/responsáveis das crianças participantes da pesquisa e 6 colaboradores da Associação Hlayiseka, incluindo a assistente social.

**Tabela nº 02:** Perfil dos usuários da Associação Hlayiseka

Nome	Idade	Sexo	Nível de escolaridade	Anos fora de casa	Família (F) nº	Agregado familiar
Carla	11	F	5ª Classe	2	F1	6
Cândida (F2)	15	F	6ª Classe	5	F2	3
Karen da Silva	16	F	6ª Classe	4	F3	5
Miguel	13	M	4ª Classe	5	F4	7
John	14	M	7ª Classe	6	F5	5

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No tocante aos usuários participantes da pesquisa, na tabela nº 2 pode notar-se que dos 5 usuários 3 são do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Isso deve-se ao facto de as meninas serem mais vulneráveis em relação aos meninos. Também consta na tabela algumas informações sobre as famílias dos usuários.

As idades dos usuários envolvidos na pesquisa variam dos 11 aos 16 anos de idade. No que se refere ao nível de escolaridade, todos frequentam o ensino primário, no 1º e 2º grau. Os anos fora do convívio familiar variam de 2 aos 6 anos, vivendo no centro de acolhimento e na rua. As famílias entrevistadas, na sua maioria, são alargadas, constituídas em média por 5 indivíduos, entre os quais, pais, filhos, primos e avôs e têm como principal fonte de renda o comércio informal praticado por quase todos os membros da família. Segundo Quive (2009, p. 3) estas práticas são tidas como redes de protecção primária, onde a tarefa de assegurar socialmente as pessoas é baseada no princípio de solidariedade e ajuda mútua, como nas relações afectivas, de parentesco, de proximidade com amigos, vizinhos e nas relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade. Para Santos (1993) apud Quive (2009, p. 37):

Em resultado da fraca cobertura dos sistemas formais de protecção social, um grande segmento da população que é absorvida pelo sector informal no contexto da segurança social, recorre às estratégias ou aos sistemas informais de protecção social que, no fundo, são uma configuração de redes de interconhecimento, reconhecimento mútuo e de inter-ajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através dos quais pequenos grupos sociais



trocam bens e serviços numa base não comercial e com uma lógica de reciprocidade, como forma de fazer face aos riscos sociais que enfrentam no seu dia-adia.

A tabela nº 3 ilustra o perfil dos colaboradores da Associação Hlayiseka envolvidos na pesquisa, destacando-se os anos de trabalho na associação e os cargos que exercem.

**Tabela nº 03:** Perfil dos colaboradores da Associação Hlayiseka

Colaborador (C)	Anos na associação	Cargo
C1	5	Educador social
C2	5	Educador social
C3	5	Educador social
C4	4	Educador social
C5	6	Educador social
C6	5	Educador Social

Fonte: Dados da pesquisa (2022-2023)

Foram entrevistados na presente pesquisa 06 colaboradores da Associação Hlayiseka, dos quais 05 educadores sociais e 01 assistente social, porém para garantir a confidencialidade da assistente social foi necessário tratá-la como educadora social, conforme ilustra a tabela acima.

#### **4.3. Percepção do Processo de Reinserção Familiar na Óptica dos Entrevistados**

A análise qualitativa vinculada ao referencial teórico proposto neste estudo, permite obter uma compreensão detalhada dos desafios da Associação Hlayiseka no combate e prevenção da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar. Os dados obtidos através da entrevista semiestruturadas e da observação participante elucidam aspectos que já faziam parte das hipóteses desta pesquisa.

Inicia-se a análise dos resultados com o entendimento que se tem da reinserção familiar por parte dos colaboradores da Associação Hlayiseka. Estes entendem-na como sendo um processo longo e complexo de retorno da criança à família e à comunidade após um período de acolhimento. Nas

palavras do C2 (30.08.2022), *A Reinserção familiar é o processo de volta a família. Digo “processo” porque o voltar a família é antecedido por uma série de intervenções com a mesma, como por exemplo, as visitas domiciliares, avaliações e estudo do problema.*

Segundo o C3, não se pode reinserir uma criança sem antes trabalhar nas raízes do problema. Assim como, o C3, outros colaboradores, também partilham da mesma opinião, entendendo que *a Reinserção Familiar é o processo pelo qual o menino/a depois de ganhar a consciência volta a família* (C4, 30.08.2022). Para este educador, um elemento essencial para que haja a reinserção familiar é “ganhar consciência, isto é, a criança só volta para casa, após, atingir maturidade e ter a capacidade de avaliar as suas próprias atitudes, assim como, reconhecer a importância e o papel que a família desempenha na sua vida.

Outro elemento apontado pelos profissionais da Associação é que a reinserção pode ser feita na família de origem, assim como não, uma vez que nem todas as crianças retornam às suas famílias de origem por diversas razões. Para o C3 (01.09.2022), *a reinserção familiar é o processo de retorno de uma criança à sua família de origem (natural ou extensa) após ter passado por um período de acolhimento.*

Portanto, a família de origem tem sido a prioridade nesse processo, mas em caso desta mostrar-se incapaz de garantir a segurança e bem-estar à criança outros membros da família são dados essa responsabilidade, pois, esse processo não se limita apenas a ela.

A Reinserção é, muitas vezes, uma aproximação gradual do indivíduo em direcção aos seus objectivos. É, também, uma actividade pessoal, reflexiva e voluntária, situada num determinado meio e, não se trata de uma simples adaptação ao meio. Daí que, todos os indicadores devem ser tomados em consideração neste processo, tal como, afirma o C1 (30.08.2022) que *Todos os indicadores são essenciais, mas o mais importante é a criança ter consciência sobre a importância da família.*

Ademais, é fulcral, que a criança reconheça a importância que a família desempenha para o seu desenvolvimento para que todo trabalho feito ou a ser feito pela Associação na perspectiva de reunificação familiar surta os efeitos desejados. De acordo com o raciocínio do C3, a permanência das crianças na rua tem a ver com o facto de elas não reconhecerem o lugar e o papel da família nas suas vidas. Por isso, o C3 (01.09.2022) salienta que *É importante primeiro saber se a família*

*está disposta e comprometida a levar a criança de volta e assumir a responsabilidade de trabalhar para juntos procurar soluções para os seus problemas”.* Isto leva a entender que, na maioria das vezes, a família (os encarregados de educação e a própria criança) é responsável pela questão de meninos/as em situação de rua. Assim sendo, a reinserção deve partir de ambas as partes, todos devem estar predispostos a mudar ou a unir esforços para ultrapassar seus problemas.

Na ordem do acima exposto, acredita-se que o ambiente familiar deve oferecer segurança, de modo, a garantir o desenvolvimento saudável da criança, e o C2 (30. 09.2022) declara o seu posicionamento a respeito desta questão nos seguintes moldes: *Bom, é preciso que o ambiente familiar proporcione condições de protecção, ou seja, o ambiente familiar deve garantir às crianças a satisfação das suas necessidades básicas, assim como, garantia dos seus direitos.* O espaço familiar deve ser acolhedor, um espaço de protecção e segurança para as crianças e, não um ambiente hostil.

A reinserção familiar não é um evento único, mas um processo longo, que envolve uma extensa preparação e acompanhamento posterior. Deve ser dedicado um tempo, adequado a cada etapa do processo, para permitir que a reinserção aconteça num ritmo que se adapte às necessidades de cada criança e família. Ela nem sempre segue um processo linear, em alguns casos, uma etapa pode ser repetida, quantas vezes necessárias até atingir-se o nível desejado.

A reinserção bem-sucedida requer um trabalho cuidadoso e, muitas vezes, intenso com crianças e famílias, para determinar a sua pertinência; preparar a criança e a família; reuni-los e oferecer acompanhamento posterior. Esta sessão começa com uma análise da abordagem do estudo social a esse apoio individual através de tutorias, aconselhamentos e, em seguida, explora-se cada estágio de reinserção. Cada caso é um caso.

Para os colaboradores da Associação, as etapas da reinserção são várias, mas nem todas são aplicáveis em todos os casos, isso depende das especificidades de cada criança. Contudo, os educadores consideram como primeiro passo a localização da família, avaliação e planeamento do caso, como sublinha C1 (30.08.2022),

*Neste processo são várias etapas, sendo a localização da família, avaliação da criança, família e comunidade, de seguida vamos planificar e desenhar estratégias de intervenção. Depois segue-se a preparação da criança e família,*

*aqui procuramos garantir um ambiente pré reintegração acolhedor, é nesta etapa que se deve envolver as crianças em responsabilidades e decisões diárias culturalmente apropriadas, falar abertamente dos objectivos da reinserção familiar.*

Ou de forma sintética são descritas do seguinte modo: localização, *avaliação e planeamento do caso, Apoio pré-reunificação, Reunificação e o Apoio pós-reunificação* (C5, 01.09.2022).

O diagnóstico do caso é o passo mais importante e decisivo para este processo, pois é, a partir dele que se vai definir os passos a seguir. Nesta etapa deve-se identificar e trabalhar os pontos fracos da família e fortalecer os pontos fortes.

A reinserção familiar não significa o fim das relações entre a Associação, a família e a criança. Após a reinserção, a Associação realiza um acompanhamento do caso com o objectivo principal de monitorar e avaliar a eficácia do trabalho realizado. O C5 (01.09.2022) testemunha que *a reinserção não significa o fim, não se trata de deitar ou livrar-se de um peso. Nós continuamos a acompanhar a criança, apoiamos e ela conta com a Associação para qualquer coisa.*

O acompanhamento pós reinserção, também, tem o propósito de evitar uma separação drástica pelo que o C2 (30.08.2022) assegura que *nós não podemos nos desligar da vida da criança assim do nada, então fazemos um acompanhamento depois e gradualmente vamos nos afastado dela*". O fim do monitoramento ou o encerramento de um caso é dado quando a segurança e o bem-estar da criança estão garantidos, ou seja, quando haver um progresso em relação a mudança no seio familiar.

Após a reinserção familiares crianças, a famílias e a comunidades beneficiam-se de diferentes formas de acompanhamento, incluindo a manutenção do apoio para enfrentar as causas profundas da separação, como Violência Doméstica ou pobreza; dá assistência para o acesso aos serviços básicos como saúde e educação; trabalho para enfrentar o estigma e a discriminação comumente enfrentados pelas crianças inseridas; apoio terapêutico e mediação e; apoio à formação de novas amizades. Abordar as causas profundas da separação dentro da família e da comunidade é vital para prevenir a possível nova separação e, se a abordagem for conduzida com cuidado, pode-se fortalecer ainda mais os esforços para essa prevenção.

#### **4.3.1. As desigualdades sociais e Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar**

Embora a Violência Doméstica não escolha classe social, há uma tendência maior em encontrar-se mais visibilidade do problema junto às camadas sociais menos favorecidas economicamente, graças à sua exposição aos serviços públicos e às ações interventivas do Estado sobre elas. A pobreza em si não é causa direta da Violência Doméstica, mas está associada a “um estresse maior causado por incerteza, condições econômicas precárias e promiscuidade” (BUVINIC, MORRISON & SHIFTER, 2000, p. 28). Ela é um factor subjacente significativo na maioria dos casos, tanto que é comum e recorrente que muitas famílias e crianças apresentem a falta de condições financeiras como principal dificuldade para voltar ao convívio familiar. Por conseguinte, é de fundamental importância compreender o possível papel desempenhado pela pobreza na questão da Violência Doméstica contra as crianças de rua e abordar-lhe de forma adequada e eficaz.

Debater a questão da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar requer considerar, também, os distintos determinantes que afectam as condições de vida dessa população. Para Marx (1982, p.23), o modo de produção de vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência.

Nisso pode melhor compreender-se a situação vividas pelas famílias das crianças acolhidas pela Associação Hlayiseka e no dizer da F1 (17.07. 2022), *será bom ter a criança de volta, mas nós agora estamos mal. Aqui ninguém trabalha, nós vendemos refeições na baixa da cidade de Maputo e às vezes dormi-mos sem comer*. De alguma forma, isto pode propiciar a ida da criança à rua e a sua exposição ao trabalho infantil.

Assim como a F1, muitas outras famílias dizem estar sem condições para ter os seus filhos de volta. Contudo, há que considerar que algumas delas usam a pobreza como desculpa para não ter a criança de volta, uma vez, que parte delas está fora do convívio familiar a mais de 2 anos. É o caso da F1 que, mesmo com a promessa de garantia de assistência e acompanhamento a ela e a

criança, através do apoio com cesta básica mensal, material escolar, formação técnico profissional, etc., não foi possível fazê-la mudar de opinião em relação ao retorno da criança.

Alguns dias após a visita domiciliar efectuada na casa da Carla, a família aproximou-se da Associação para pedir que a criança ficasse por mais algum tempo na Associação, ou pelo menos até ela conseguir organizar-se. Algumas famílias tentam ganhar tempo, para a criança crescer ou ganhar sua independência financeira, tal como aludem alguns colaboradores da associação que *algumas famílias demonstram uma certa passividade diante da situação dos filhos, não se movimentam no sentido de organizar-se para receber seus filhos de volta* (C3, 09. 2022). Todas essas desculpas apresentadas pelas famílias, acabam por descomprometer a família de assumir os cuidados dos seus filhos.

Para o C1(30.08. 2022), a falta de condições económicas, também, tem sido um obstáculo durante o processo de Reinserção familiar, ou seja,

*Em muitos casos é comum ouvir que a família não dispõe de condições financeiras para receber as crianças, isso acaba por dificultar o processo. A família olha para a criança como sendo um peso, ou uma boca a mais para alimentar, ou seja, é mais uma despesa para a família. Nós até ajudamos com uma cesta básica mensal por um período, também contamos com uma formação técnico profissional na incubadora e após a formação as famílias e as crianças têm um financiamento para iniciar um negócio, mas em alguns casos, todo esse esforço é em vão.*

Em alguns casos, as estratégias de intervenção social baseadas na distribuição de recursos materiais não produzem efeitos desejados. A cesta básica pode ser um atractivo para incentivar as famílias a participar das actividades desenvolvidas na Associação, contudo, essas estratégias têm tempo determinado e quando são novamente implementados, sofrem uma redução, e não produzem os resultados desejados. Mesmo a formação das crianças e o financiamento aos pequenos negócios não garantem uma Reinserção familiar eficaz, uma vez que elas não abarcam a todos os factores propiciadoras da ida da criança à rua.

A Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar é, muitas vezes, a razão da saída das crianças para rua, e em alguns casos ela prevalece após o retorno da

criança ao convívio familiar. As origens da Violência podem ser associadas à estrutura social, as questões culturais que formam valores, tradições, costumes, hábitos, crenças que se relacionam, directamente, as desigualdades. Na perspectiva de Marx (1977, p.17),

Os homens fazem sua própria história, mas, não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob todas aquelas que se defrontam directamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

Em outras palavras, a acção e a liberdade humana de decidir e intervir no processo histórico real é condicionado pelas relações sociais, económicas, políticas e culturais do seu tempo, que, por sua vez, resultam de todo o processo histórico anterior. A relação entre o indivíduo e a sociedade é delimitada pela classe social em que ele está posicionado. Existe uma espécie de predomínio da realidade material sobre as ideias, ou seja, as ideias humanas não têm autonomia sobre as condições materiais de existência. As condições estruturais, políticas, económicas e culturais, isto é, a totalidade das condições materiais determinam as ideias (MARX, 1977). Entretanto, a cesta básica, a formação profissional são estratégias que por si só não combatem e nem previnem Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar. Embora o apoio económico seja essencial para a garantia da satisfação das necessidades básicas da criança na família, há que considerar, a necessidade de concentrar-se em trabalhar com as crianças e famílias, para substituir relacionamentos violentos e destrutivos por comportamentos mais construtivos e acolhedores.

É importante envolver as crianças e famílias em actividades que possam levá-las a terem percepções sobre seu comportamento, através de exibição de exemplos de novas formas de interacção que não sejam violentos. Medidas de fortalecimento económico, tais como, a cesta básica, formação técnico profissional, a criação de um negócio e outras formas usadas na Associação podem reduzir tanto a pobreza quanto o estresse dentro de uma família, porém, é de extrema importância que essas medidas sejam acompanhadas por acções socioeducativas com objectivo de consciencializar as famílias sobre os direitos da criança e a importância da família na vida da criança, pois, outros factores devem ser tomados em consideração, como ilustram os expostos a seguir.

Os factores comportamentais das famílias e das crianças, as crianças com doenças crónicas como HIV e epilepsia, orfandade, pais o álcoolotras, também podem ser considerados causas da

Violência Doméstica. Tanto que, algumas famílias apontam o mau comportamento das crianças como uma barreira nas relações familiares, o que leva os mesmos a recorrer a violência para educar as Crianças e os pais ou encarregados de educação têm dificuldade de lidar com seus filhos, ou seja, eles, também, reclamam muito do comportamento dos filhos, falam da falta de respeito e algumas crianças agredem seus vizinhos (C4,30.08.2022). No entanto, há que lembrar que a mudança de comportamento não é algo brusco, leva tempo e, por isso, a atenção e os cuidados devem ser contínuos em ambas partes (Centro e família) para que haja sucesso nas intervenções levadas a cabo.

Por exemplo, a família da Karen da Silva afirma que, *Não é fácil, li dar com essa menina, não respeita ninguém aqui em casa. Quando falo com ela me responde mal, não quer ajudar em nada, discutimos toda hora, faz o que quiser quando quiser.*

Durante o período de observação foi possível notar que as crianças não respeitam os educadores, vizinhos, assim como uns aos outros. Há roubos constantes na Associação, principalmente, nas casas fechadas, ambientes considerados de transição, entretanto, esses comportamentos reflectem-se na família depois da reinserção da criança. Mas, nem todas as famílias enfrentam esses problemas, pois, para outros encarregados o acolhimento na Associação contribuiu para as melhorias da relação entre a criança e a família.

A Cândida e a sua família são exemplo dos resultados satisfatórios alcançados com o apoio da Associação. A sua família afirma que: *A volta da nossa filha está a ser boa, as coisas melhoraram agora, a menina cresceu muito. Ficar na Associação ajudou muito, mas muito mesmo* (F2, 20.08.2022). E no dizer da Cândida (20.08.2022), *lá em casa as coisas melhoraram, mamã agora não bate por qualquer coisa, sempre procura conversar e saber como estou e espero que continue assim.*

As outras famílias têm dificuldades para aceitar ou lidar com as crianças HIV+. Embora, os avanços da medicina proporcionem melhores tratamentos e uma vida saudável às pessoas que vivem com o HIV, na sociedade ainda prevalece o estigma e a discriminação contra este grupo social.

A Cândida é uma menina de 14 anos e a 1 ano testou positivo ao vírus do HIV. Por escolha da menina, a Associação nunca contou a família sobre o seu estado serológico, porém, durante as



visitas familiares a mãe descobriu os medicamentos e os educadores foram chamados para intervir. Uma das razões que levaram a menina a esconder o seu estado, tem a ver com a reacção da mãe, pois, a razão pela qual a menina abandonou a casa tem a ver com as agressões físicas e psicológicas perpetuadas pela mãe.

A menina conta que quando a mãe ficou sabendo que ela havia sofrido violência sexual na rua, ao invés de ajuda-la, ela a discriminava e a humilhava em frente a outras pessoas. Portanto, as doenças crónicas como o HIV podem constituir um obstáculo para a Reinserção familiar.

As crianças órfãs são as mais vulneráveis ou as mais expostas ao risco de sofrerem a Violência Doméstica, uma vez que elas não estão sobre os cuidados dos seus progenitores. Maior parte dos beneficiários da Associação Hlayiseka são órfãos, outros foram abandonados recém-nascidos pelos progenitores. Muitas destas crianças já viveram em vários centros de acolhimento, assim como, com vários cuidadores. Uma a cada 5 crianças orfão relata ter sofrido Violência Doméstica (física, psicológica e sexual).

Responsáveis alcoólatras, também, podem dificultar o processo de reintegração, como afirma o C2 (30.08.2022): *a presença de um familiar alcoólatra tem sido, muitas vezes um problema. Temos alguns casos de crianças que vão à família e voltam antes alegando que seus pais ficam na maior parte do tempo bêbedos e agrede seus filhos.*

A afirmação da C2 encontra materialização na história de Miguel que diz: *meu pai bebe muito, está sempre bêbado e bate todos, por isso eu evito ficar em casa nos dias que vou visitar. Sabe tia, eu fugi de casa por causa disso.* A falta de atenção, cuidados e carinho nas famílias constitui uma barreira para as crianças retornarem à família.

Ora, como diz o C5,

*Na maioria das vezes, as crianças reclamam a falta de atenção e algumas são responsabilizados por tudo de negativo que acontece em casa, como por exemplo os roubos. Mas, há aquelas famílias que fazem o impossível para ter seus filhos de volta. Dão carinho, atenção e participam nas actividades desenvolvidas na Associação e isso é positivo. E, o maior desafio mesmo é fazer*

*aquelas famílias que não têm interesse pelos seus filhos amar e aceita-los de volta porque a rua não é lugar para as crianças(C5,01.09.2022).*

#### **4.3.2. Acções levadas a cabo pela Associação Hlayiseka para Prevenir e Combater a Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar**

Todos os esforços dos educadores sociais para promover a reinserção familiar segura e eficaz são baseados na análise de toda a gama de direitos incluídos na convenção dos direitos da criança e nas leis nacionais relevantes. Todas as crianças, independentemente da idade, sexo, raça ou qualquer outra condição, têm o direito à preservação da convivência familiar (Colectânea de Legislação Nacional de Protecção da Criança, 2009, art.5º).

Tendo consciência de que a maior parte dos casos de crianças em situação de rua advêm de problemas familiares, sejam elas, comportamentais da própria criança, abusos por parte da família, pobreza e trabalho infantil que em alguns casos as crianças são trazidas doutras regiões ou provincias para trabalhar e ajudar a família, a Associação Hlayiseka realiza várias acções a nível individual, familiar e comunitário para combater e prevenir a questão social em causa. Desta forma, a Associação conta com 5 projectos sociais que visam reduzir a vulnerabilidade das crianças fora e dentro das suas famílias, nomeadamente: o projecto Tsemba, Stop, NAVA, REFAM e incubadora (fase 1 e 2).

Para além destes projectos, a Associação Hlayiseka tem trabalhado em conjunto com a acção social, estruturas do bairro, gabinete de atendimento à criança vítima de Violência Doméstica, assim como, a linha fala criança. Para o C4, o envolvimento de vários agentes permite uma intervenção mais ampla e eficiente.

*Nesses casos, primeiro fazemos a auscultação encaminhamos onde é de direito, falo do Gabinete de atendimento às vítimas de violência doméstica, de modo, que juntos possamos mediar essas situações, mas, também procuramos envolver a própria família, a criança e a comunidade, etc, (C4, 30. 09.2022).*

Embora, esta questão ocorra num espaço privado (família), a Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar é um problema de todos, portanto, o

envolvimento da comunidade, estruturas do bairro, escolas e igrejas é uma estratégia eficaz para combater e prevenir esta questão social.

O envolvimento da comunidade na solução do problema é importante porque ela constitui um aliado para a instituição e na ausência desta, a comunidade tem o papel e a responsabilidade de zelar pelo bem-estar da criança e da família. Além disso, o meio social em que a criança cresce desempenha um papel importante no processo de socialização do indivíduo, pelo que, é a partir da análise e da compreensão dos factores culturais, sociais, económicos, etc. que se deve nortear a intervenção da Associação Hlayiseka.

#### **4.3.3. Papel e a importância da actuação do assistente social da Associação Hlayiseka nos casos de Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar**

O combate e a prevenção da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar requerem um trabalho multidisciplinar, isto é, o envolvimento de agentes de vários sectores. É importante, a intervenção dos assistentes sociais, uma vez que estes profissionais actuam nas diversas manifestações da questão social, como ela se expressa na vida dos indivíduos de distintos segmentos sociais, promovendo a mudança social.

O assistente social é responsável por fazer diagnóstico, avaliar o bem-estar da criança, identificar as reais motivações da Violência Doméstica e buscar responder a quaisquer sinais de abuso, violência, exploração ou negligência. Este profissional tem o maior desafio de mediar as relações entre a criança e a família. E ainda é responsável por desenhar e implementar estratégias de intervenção que envolvam a criança, a família e a comunidade na busca de soluções viáveis e promover autonomia das partes envolvidas na questão social em causa, de modo, a tomar decisões benéficas para ambas partes. Assim sendo, durante as suas intervenções o assistente social deve aplicar os métodos do serviço social, nomeadamente: serviço social de caso, de grupo e de comunidade, o que Carvalho (2007, p. 24) denomina áreas de intervenção social, nomeadamente, de nível individual, micro-social e macro-social.

- **Serviço social de caso (individual):** pressupõe que cada caso é um caso, ou seja, cada indivíduo tem sua realidade social e deve ser atendido de acordo com as suas necessidades.

A nível individual o assistente social deve promover uma situação de estabilidade emocional, pessoal e relacional do indivíduo.

- **Serviço social de grupos:** envolve a definição de finalidades, de atribuições e de papéis a partir da realidade de cada grupo. O trabalho com grupos não se inscreve em modelos pré-concebidos. A atribuição fundamental do profissional do serviço social é de ser um facilitador para o grupo, essa atribuição é compartilhada com os integrantes do grupo. O trabalho com grupos exige a compreensão, o diagnóstico do indivíduo e do grupo, para além das questões imediatas ou emergentes.
- **Serviço social comunitário (macrossocial):** com base neste método, os assistentes sociais intervêm junto da comunidade na dinamização de programas conducentes a reinserção. Assim sendo, trata-se de uma intervenção que considera a relações do indivíduo com o seu meio.

O trabalho individual com as crianças e famílias é sempre importante, mas é complementado com o trabalho junto às escolas, comunidades para alcançar-se as mudanças mais amplas necessárias para apoiar uma reinserção eficaz. O envolvimento da comunidade no processo de reinserção familiar é um mecanismo fundamental para prevenir e combater a Violência Doméstica contra a criança de rua em processo de reinserção familiar. Portanto, as visitas domiciliares e a realização de actividades socioeducativas nas famílias e comunidades de origem como parte dos esforços para monitorar e apoiar a reinserção oferecem uma oportunidade de identificar os factores que levam à Violência Doméstica, e uma chance de abordar algumas de suas causas.

#### **4.3.4. Desafios da Associação Hlayiseka na prevenção e combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.**

A Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de inserção familiar é um problema social complexo. Daí que, a prevenção e o combate desta questão social requerem um trabalho mais profundo com as Crianças, famílias, comunidades, líderes comunitários, MGCAS, rede da criança, serviços de atendimento às vítimas, assim como, uma intervenção multidisciplinar de assistentes sociais, psicólogos, sociólogos entre outros actores sociais.

Vários são os desafios colocados aos profissionais da Associação Hlayiseka no seu dia-a-dia. O primeiro e crucial é a identificação ou diagnóstico da Violência Doméstica e suas reais motivações. O diagnóstico errado do problema pode comprometer a intervenção e, conseqüentemente, levar a implementação de soluções superficiais.

O outro desafio que os educadores enfrentam tem a ver com as famílias que vê seus filhos como fonte de renda. *Lidar com famílias que vê seus filhos como fonte de renda* (cerimonia de abertura do ano lectivo na Associação Hlayiseka, 31.01.2023). Algumas crianças quando vão passar férias nas suas famílias são obrigadas a vender água, gelos, ovos cozidos nos mercados para ajudar na renda de casa. São essas famílias que muitas vezes quando a criança vai para casa sem a Cesta Básica manda-a devolta para Associação:

*A título de exemplo temos o caso do menino Castigo, que no final do ano passado foi encaminhado a família para passar as férias mas porque este não trazia a cesta básica como de costume foi espacado e expulso de casa. O menino infelizmente não retornou a Associação, até então ele encontra-se na rua (C6, 02.02.2023).*

O desinteresse das famílias em relação aos seus filhos é um desafio enfrentado pelos colaboradores da Associação Hlayiseka. Ainda no início do ano foi realizada um encontro sobre a parentalidade posetiva na Associação Hlayiseka com pais e encarregados de educação, visto que a maioria dos pais e encarregados de educação não cumprem com suas responsabilidades, deixando a total responsabilidade com a Associação. Porém, nem todos os encarregados estiveram presente, a previsão era 12 encarregados e só participaram do encontro 5, os que mais apresentam problemas não apareceram sem nenhuma explicação. Esta situação é reforçada pela C6 (C6, 02.02.2023) nos seguintes moldes: *Maior desafio mesmo e chamar a consciência esses pais e encarregados de educação dos usuarios que não participam na vida dos seus filhos.*

Actualmente, a Associação Hlayiseka conta apenas com educadores sociais e 1 assistente social o que torna sua intervenção em casos de Violência Doméstica ainda mais complexa e desafiadora. A falta de atendimento de diferentes profissionais dificulta no diagnóstico, acompanhamento e, conseqüentemente, a prevenção e combate da Violência Doméstica. A falta de psicólogos constitui uma barreira no fazer profissional dos educadores da Associação que vem sua intervenção limitada

pois, a ausência deste profissional desafia os profissionais da Associação que tem lidar com crianças ou usuários e famílias com problemas psicológicos, como também, trabalhar traumas familiares.

Os outros desafios são, criar cooperativas ou centros comunitários para entreter ou ocupar as crianças nos bairros de Maxaquene e polana caniço “A”, bairros que segundo a associação têm maior índice de Violência Doméstica contra as crianças, como sendo uma medida preventiva, que irá ocupar as crianças durante o dia, evitando que passem mais tempo em casa onde a Violência acontece.

Por fim, assegurar um atendimento as famílias vulneráveis e as vítimas de Violência Doméstica é um desafio enfrentando pelos educadores devido a natureza desta questão social, que em alguns casos torna-se difícil identificar sinais de abusos, o que não permite assegurar os cuidados necessários as vítimas a tempo e hora.

#### **4.4. Processo de Implementação do Plano de Intervenção**

Durante a realização da pesquisa a Associação Hlayiseka estava na fase preparatória da reinserção familiar de mais de 10 usuários o que permitiu a pesquisadora acompanhar e compreender, detalhadamente, como é feito o processo. Também foi possível implementar o plano de actividade, embora a pesquisadora tenha enfrentado alguns obstáculos para realizar as visitas domiciliares, devido a dificuldades financeiras que a associação enfrenta, muitas visitas domiciliares foram substituídas por chamadas telefónicas e esse tipo de visita não se adequa ao estudo, pois, não permitia o uso da observação e da comunicação face a face (considerada rica, uma vez permitira associação das palavras à expressão facial do interlocutor).

O plano de intervenção previa realizar na Associação Hlayiseka 04 actividades envolvendo educadores, usuários da Associação Hlayiseka, encarregados de educação e estruturas dos bairros de proveniência ou destinos dos usuários da Associação Hlayiseka. Contudo, não foi possível a materialização do plano na sua totalidade devido a insuficiência de recursos tanto humanos, assim como materiais.

A Associação Hlayiseka, actualmente, não conta com psicólogos o que contribuiu para que a actividade número 03 (apoio psicossocial), de acordo com o plano de intervenção (tabela nº 01), não fosse realizada. Isso constitui uma barreira, não só para a pesquisadora, mas, também para os educadores da Associação, pois, o processo de reinserção familiar requer um trabalho multidimensional. O envolvimento de outros profissionais, tais como: psicólogos, sociólogos, etc., neste processo é indispensável, pois, estes profissionais contribuem para uma reinserção cada vez mais eficaz e segura.

Entretanto, a pesquisadora sugeriu à Associação que encaminhasse os usuários com problemas graves ou aqueles que necessitam, urgentemente, de um atendimento psicológico às unidades sanitárias ou ao Hospital Psiquiátrico de Infulene que oferece atendimento gratuito duas vezes por semana. E, é de extrema importância o envolvimento das famílias nesta actividade, uma vez, que elas podem ser razão pela qual a criança abandonou o seu lar, assim como, vítima desta questão social.

As restantes actividades foram realizadas com sucesso, embora, tenham exigido pequenas mudanças por razões já acima citadas. Por exemplo: a selecção das famílias foi feita, olhando o critério da localização geográfica e o custo de transporte. Assim sendo, as famílias envolvidas na pesquisa encontram-se nos bairros circunvizinhos da Associação.

A actividade nº 01 (Actividades socioeducativas), de acordo com a tabela nº 01, foi realizada na Associação envolvendo usuários sem excepção, educadores da Associação Hlayiseka, assim como, nas comunidades, envolvendo as famílias e estruturas dos bairros. A mesma contou com a participação activa de todos os envolvidos na pesquisa e foi notório que a maioria deles têm conhecimento e consciência do quão a família é importante para o desenvolvimento saudável das crianças. Por isso, algumas famílias empreendem esforços para ultrapassar todas as barreiras e os obstáculos, como é o caso da Violência Doméstica, o alcoolismo, etc., para recuperar os seus filhos.

As tutórias (actividade 02) foram realizadas, na maioria das vezes, em grupo, acompanhadas por jogos lúdicos para descontrair. A pesquisadora optou pela abordagem grupal porque nas actividades individuais os usuários ficavam mais concentrados e omitiam algumas informações do que em grupo. Também, foi notório que eles se conheciam uns aos outros, o que não dava espaço

para mentir ou melhor, omitir dados. Esta actividade, apesar de estar voltada à implementação da solução, permitiu recolher mais dados para a pesquisa, pois, consistia em conversas abertas, sem nenhum instrumento pré-definido. Na maioria das vezes os usuários procuravam saber mais sobre a pesquisadora e sempre esperavam que ela ensinasse algo novo como, jogos, brincadeiras, histórias novas. Mas também, estavam sempre dispostos a ensinar e a partilhar coisas novas com a pesquisadora.

E, por fim, constituiu-se o Grupo de apoio mútuo (actividade 04). Esta actividade foi uma invenção da pesquisadora e foi implementado somente por ela, de modo, a deixar os usuários mais a vontade. O seu sistema de funcionamento era como uma espécie de reunião, onde se propunha um tema e os usuários desenvolviam, falando das suas experiências ou vivências. Foram realizadas no total três sessões, envolvendo apenas usuários do mesmo sexo, isso devido a separação das casas de acolhimento.

A ajuda mútua é um tipo de prática conhecida a partir dos grupos de AA, que trocam experiências, vivências e ajuda emocional em torno de um problema comum. Esses grupos possuem uma organização autónoma, na qual a história de cada membro é valorizada como um caminho para o outro buscar suas próprias soluções e enfrentar seus desafios. Além dos grupos, outras manifestações menos convencionais da mútua ajuda podem ocorrer por meio dos grupos de amigos com os quais podem compartilhar constantemente dores, vitórias e derrotas, os chamados ‘amigos-irmãos. Para Weingarten (2001) apud REIS (2012, p. 194), o suporte mútuo implica, então, a reunião de usuários com o propósito de realizar, conjuntamente, uma tarefa ou um serviço.

A ajuda mútua baseia-se no princípio de que a reunião de pessoas que partilham uma mesma condição ajuda-os a lidar com suas situações de dependência. Durante as reuniões os usuários ficavam mais a vontade e alguns falavam do seu passado e expressavam sua vontade em mudar e regressar para o convívio familiar o que motivava os outros. E este processo resulta da “aceitação” dos usuários da Associação Hlayiseka em relação aos problemas, que segundo Reis (2012, p. 198), o primeiro e mais difícil passo é o indivíduo “aceitar” que ‘perdeu a batalha para o álcool e que, conseqüentemente, perdeu também o domínio de sua vida.

A partir daí, é ‘sugerido’ ao membro acreditar em um ‘poder superior’ a si próprio que é o grupo de apoio mútuo, a quem ele deverá ‘entregar a sua vida e sua vontade’, pedindo forças para lidar



com a compulsão, através da ‘remoção’ de determinados ‘defeitos de carácter’, como o ‘egocentrismo, o orgulho e a vaidade’, que podem estar na base dos seus problemas. O dar e receber mútuo é considerado como uma acção terapêutica, apesar de estes serem independentes da intervenção de psicológicos ou terapeutas. Conforme afirma Reis (2012, p. 198):

Embora não seja uma terapia de grupo (que requereria níveis mais aprofundados de mergulho nas questões psicológicas, e isso não é o que acontece nessas reuniões), os estudiosos consideram que os grupos de mútua ajuda proporcionam uma acção terapêutica ou, ainda, que existem, nesses grupos, certos fins terapêuticos, a partir do momento que determinados ganhos podem ser observados entre seus participantes (REIS, 2012, p. 198).

O compartilhar de experiências, sentimentos e formas práticas no manejo de problemas ajuda as pessoas a melhorarem e lidarem melhor com a vida através do reconhecimento de seus sentimentos, enfim, de seu mútuo *empowerment*, (WEINGARTEN, 2001 *apud* REIS, 2012, p. 195). Percebe-se, pelo exposto, que o elemento mais importante e que identifica um grupo como sendo de mútua ajuda é o problema comum que une seus membros, ou seja, o objectivo da reunião é se ajudar mutuamente, pois, todos ali, de uma forma ou de outra, possuem experiências com uma situação específica, e compartilhando-as com o grupo podem encontrar estratégias comuns de enfrentamento do problema. Ou, como acentuou Mascarenhas (1990) *apud* Reis (2012, p. 195), os grupos de apoio mutuo são constituídos por pessoas que por já terem sentido “na carne” um problema, podem ajudar melhor outras pessoas que vivem situações semelhantes.

Weingarten (2001) *apud* Reis (2012, p. 198)

Afirma que, apesar de não haver muitos estudos estatísticos sobre a efectividade desses grupos, existem alguns benefícios que podem ser considerados, como: melhor relacionamento dos membros com os outros; maior responsabilidade; melhor vínculo com os companheiros do grupo; mais assertividade; capacidade para tomar suas próprias decisões; estilo de vida mais independente; melhor capacidade em escutar; melhora na solução de problemas; aumento da auto-estima; mais esperança no futuro; e uma sensação de bem-estar.

## CONCLUSÃO

O intento deste estudo foi analisar a Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar, tentando perceber as acções levadas a cabo pela Associação Hlayiseka, de modo a garantir segurança e bem-estar às crianças que retornam ao convívio familiar. Nesta senda, a presente pesquisa tinha com o objectivo geral analisar os desafios da Associação Hlayiseka na prevenção e combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.

Para análise da questão social em causa, foi realizado um estudo de caso na Hlayiseka, uma Associação sem fins lucrativos que trabalha em prol do bem-estar da criança de rua, buscando satisfazer as suas necessidades básicas, tais como, alimentação, educação, habitação e saúde. Participaram da pesquisa 16 usuários, dos quais 5 crianças usuárias da Associação Hlayiseka, 5 famílias, 5 educadores sociais e 1 Assistente social. Durante o estudo, foram realizadas visitas institucionais, bem como, visitas domiciliárias nas famílias de origem ou de acolhimento dos usuários da Associação Hlayiseka, para melhor compreender e descrever o processo de reinserção familiar. Essas visitas permitiram, observar as actividades desenvolvidas pelas crianças, assim como, o ambiente natural onde ocorre o trabalho com as Crianças, desde a Rua aos centros abertos e fechados, até a família e a comunidade.

A Violência Doméstica contra as crianças de rua, no país, vai-se complexificando com o passar do tempo, aliado à desestruturação das famílias, à desinformação sobre os direitos da criança, à disseminação de cultura e crenças de poder do mais velho sobre o mais novo e é vista como uma das razões da existência do fenómeno meninos de e na rua. O materialismo dialéctico, o referencial teórico que sustenta a pesquisa, associa a temática em questão como sendo resultado das desigualdades sociais. Portanto, não se pode restringir a questão da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar somente ao âmbito económico, pois, existe outros factores que contribuem para ocorrência de casos de Violência Doméstica contra as crianças de rua durante o processo de reinserção familiar. Os resultados da pesquisa na Hlayiseka mostram que os factores comportamentais das famílias e das crianças, as doenças crónicas como o HIV, epilepsia, a orfandade e os pais alcoólatras são as principais causas da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar.

A rua é vista pelas crianças, muitas vezes, como um refúgio, um lugar onde elas podem encontrar as melhores condições de vida, ou um lugar que permite fugir da Violência Doméstica. Porém, uma vez na rua essas crianças dificilmente saem dela, porque uma vez estando na rua, elas sentem-se livres e com a oportunidade de adquirir alguns bens materiais que não podiam ter em casa. Mas, há que reconhecer que, estando na rua essas crianças estão sujeitas à prostituição infantil, à Violência, ao trabalho infantil, ao consumo de drogas e álcool. Portanto, a rua não é um lugar seguro para as crianças, daí que urge a necessidade de reinserir as crianças de rua nas suas famílias de origem ou de acolhimento. A Violência Doméstica é a razão pela qual a maioria das crianças fogem de casa e as chances de ela persistir após o retorno da criança ao convívio familiar é maior. Assim, devido à fragilidade da família, a criança experimenta a vida da rua e os seus perigos. Deste modo, há uma necessidade de abordar as causas da saída da criança do convívio familiar durante o processo de reinserção familiar.

Em casos de suspeita ou confirmação do facto de a criança ser vítima da Violência Doméstica, a Associação Hlayiseka desenha estratégias de intervenção de acordo com as especificidades de cada caso. Nelas integram-se actividades como: fortalecimento material/ económico das famílias através da atribuição das cestas básicas, formação técnico-profissional e financiamento de pequenos negócios, actividades sócio educativas junto às famílias e às comunidades, tutorias e aconselhamentos realizados diariamente dentro da Associação para as crianças. A Associação tem o papel de reeducar as crianças, para depois devolvê-las à sociedade com uma nova conduta.

O fortalecimento material/económico embora seja indispensável para as famílias, por si só não pode ser considerado uma estratégia de prevenção e combate à Violência Doméstica, contudo, ele reduz a vulnerabilidade económica das crianças na família, uma vez que assegura a assistência básica da criança, permitindo que a mesma goze dos seus direitos fundamentais, como o direito a alimentação, a educação, saúde e uma habitação condigna, porém deve, sempre, ser acompanhada por outras actividades, tais como, actividades socioeducativas, tutorias, palestras de sensibilização e consciencialização sobre os direitos das crianças, assim como, o apoio psicossocial envolvendo as crianças e famílias, de modo, a trabalhar os traumas familiares.

A intervenção de profissionais de diversas áreas, tais como serviço social, psicologia, sociologia, direito, antropologia, entre outros na prevenção e no combate à Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar é crucial, pois, cada profissional dentro das suas

competências irá trazer uma abordagem diferente dos outros sobre a temática, permitindo deste modo, uma análise mais profunda desta questão social e, conseqüentemente, contribuir para sua prevenção e combate. A intervenção do assistente social é indispensável, pois o assistente social através das suas competências teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, actua nas diversas manifestações da questão social, promovendo a mudança social. O assistente social tem o maior desafio de mediar os conflitos familiares.

Apesar, do assistente social ser um agente de mudança social, a sua intervenção é complementada pela actuação de outros profissionais, tais como psicólogos, sociólogos, antropólogos, entre outros. Porém, actualmente, a Associação Hlayiseka não conta com psicólogos o que torna o trabalho dos educadores sociais e dos assistentes sociais mais complexo e desafiador, uma vez que estes não realizam um trabalho mais profundo (que abarca a componente material, social, psicológica etc.) com essas crianças e suas famílias.

Assim sendo, a prevenção e o combate à Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar requerem o envolvimento de profissionais de diversas áreas de formação, o envolvimento activo das crianças, das famílias e da comunidade, bem como, da acção social, tendo em conta a especificidade de cada caso, pois cada caso é um caso.

É importante referir que a questão de crianças de rua em Moçambique está longe de ser erradicada, isto porque, por um lado, o país ainda carece duma legislação específica para as crianças de rua e na rua, tornando o Estado incapaz de intervir nesta questão social de maneira mais holística. Embora várias ONGs como a Associação Hlayiseka estejam a intervir nesta questão, ainda não é suficiente porque as ONGs não podem criar leis ou satisfazer todas as necessidades dos usuários sem a intervenção do Estado. Por outro lado, as causas da emergência desta questão social vão modificando diariamente, ganhando novos contornos e complexidade, exigindo, deste modo, novas formas e novos mecanismos de intervenção, bem como mais investimento.

## SUGESTÕES

O mundo dá-se, existe e transforma-se a partir de constantes choques de forças e ideias opostas. A questão da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar, ao longo da história foi-se transformado e assumido novas formas, tal como se conhece hoje. À medida que o tempo passa, novas formas de pensar e enfrentar essa questão social vão surgindo e com isso ela vai assumindo novas dimensões exigido, deste modo, novas abordagens e formas de intervenção.

Segundo o materialismo dialéctico nenhuma das formações da história da humanidade permaneceu para sempre imutável. Foram todas transitórias e, assim como surgiram, entraram em decadência e foram varridas por transformações profundas na estrutura económica e nas relações sociais. Movidas por contradições internas foram substituídas por outras formações sociais. Na observação de Engels, toda “Transformação da ordem social, toda revolução das relações de propriedade, sempre foi a consequência necessária do nascimento de novas forças produtivas, que já não correspondiam às velhas relações de propriedade” (ENGELS, 2011, p. 87).

Portanto, torna-se necessário:

- A formação e capacitação contínua dos educadores ou da equipe responsável pelo processo de reinserção familiar para capacitá-los e mantê-los actualizados, de modo, a lidar com as diversas manifestações desta questão social;
- Também, é essencial uma capacitação para todos os colaboradores da Associação Hlayiseka sobre ética e deontologia profissional.

Actualmente a Associação Hlayiseka não conta com psicólogos o que dificulta o trabalho dos colaboradores desta organização, uma vez que estes não podem garantir o apoio psicossocial aos usuários e suas famílias, de modo a garantir uma reinserção familiar segura e eficaz.

Entretanto, a pesquisadora sugere-se à Associação que:

- Encaminhe os usuários com problemas graves ou aqueles que necessitam, urgentemente, de um atendimento psicológico às unidades sanitárias ou ao Hospital Psiquiátrico de Infulene que oferece atendimento gratuito duas vezes por semana. E, é de extrema importância o envolvimento das famílias nesta actividade, uma vez, que

elas podem ser razão pela qual a criança abandonou o seu lar, assim como, vítima desta questão social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, C. D. & ASSIS, S. G. (2003). *A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar*. In: Cad. Saúde pública, Rio de Janeiro.

ALBERGARIA, Jason, (1996). *Das penas e da execução penal*. Belo horizonte: del rey. 3ª Edição

ARAÚJO, M.F. (2001). *Violência Familiar: o dilema entre a denúncia e o silêncio. Como intervir?* Em Anais do I Congresso de Psicologia Clínica Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: Atlas. (pp. 57-61).

ARRUDA, S. et.al (2003). *Projecto fortalecendo bases de apoio familiar e comunitário para crianças e adolescentes: guia prático para famílias e comunidades*. São Paulo: editora Atlas.

Associação Hlayiseka (2014). *Regulamento interno*

AZEVEDO, M. A.& GUERRA, V.DE AZEVEDO. (1994). *Infância e violência doméstica*. São Paulo: editor: IPUSP.

AZEVEDO, A. V. (2001). *Estatuto da família de fatos*. São Paulo, editora jurídica Brasileira.

AZEVEDO, M.A & GUERRA, V.N.A. *Crianças vitimizadas: Síndrome do pequeno poder*. São Paulo: editor: Iglu.

BARDIN, L. A, (1977). *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BOLETIM DA REPUBLICA (2008).

BUVINIC, M.; MORRISON, A. R.; SHIFTER, M. (2000). *Violência nas Américas: um plano de ação*. In: MORRISON, A. R.; BIEHL, M. L. *A família ameaçada: violência doméstica nas Américas*. Trad. Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

CARVALHO, S. (2007). *Manual de Boas pratica sobre reinserção: Enquadramento teórico*. Editor: Instituto da droga e toxicodependência. 1º caderno.

CERVO, A. L & BERVIAN, P.A. (2002). *Metodologia científica*. Ted. São Paulo: editora: prentice Hall.

Colectânea de Protecção da Criança. (2009).

Constituição da República de Moçambique, (2018).

COSLIN, P. G (2009). *Psicologia do adolescente*. Lisboa: instituto Piaget.

DONARIO, A. A & DOS SANTOS, R.B. (2016). *A teoria de Karl Marx*: Universidade Autónoma de Lisboa: CARS.

EASTERBY-SMITH, M. & THOPE, R. L. (1999). *A pesquisa gerencial em administração: um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos de consultoria*. São Paulo: pioneira.

ENGELS, F. A (2011) *Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Editora Escala.

FALEIROS, VICENTE DE PAULA. (1998). *Rede de exploração e abuso sexual e redes de protecção*: Trabalho apresentado no 9º congresso Brasileiro de assistente social. Goiânia: anã s – vol 1.

FERREIRA, Leticia Schneider. *O feminino, o pecado da Luxúria e o Sacramento do matrimonio no Livro das Confissões*.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/22272/13108>.

FRANCISCO, T.X.J(2016). *Historia dos Direitos da Criança no Mundo e em Moçambique*: um estudo sobre a sua evolução.

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n1p64>.

GOMES, G. (2015) História da criança: Breves considerações sobre concepção e escolarização da infância. V seminário internacional sobre profissionalização docente SIPD – cátedra. UNESCO.

GUERRA, V.N.A (2016). *Violência doméstica contra a Criança*. São Paulo: IPUSP.

INE (2019). *Relatorio Final: inquerito sobre a Violencia contra a Criança em Mocambique*. In VIC

KOSIK, K. (1976). *Dialéctica do conceito*. Rio de JANEIRO: 2ª Edição.



- KRUG, E. G.& LOZANO, R. (2002). *Relatório Mundial sobre violência e saúde*. Geneva: worldHealthorganization.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M.DE ANDRADE. (2007). *Metodologia científica*. São Paulo: atlas. 7ª ed,
- LAVILLE, C. & DIONNE, J.A. (1999). *Metodologia científica de pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG.
- LEI nº 7/2008 09 de julho. *Lei de promoção e protecção dos direitos da criança*. Moçambique
- LEI nº 10/2004 de 25 de agosto. *Lei da família*. Moçambique
- LEAL, M. P.& CÉSAR, M. A (org). *Indicador de violência intrafamiliar e exploração sexual*. São Paulo: Cortes: 2ª Edição
- MARX, K. (1999). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo. Abril cultural.
- MARX, K.& ENGELS, F. (1977) *A ideologia Alemã*. São Paulo: Grijalbo.
- MARX, K. (1982). *O capital*. São Paulo: Difel, 6 vols.
- MENESES, L. S. (2020). A violência intrafamiliar e suas consequências no contexto social da criança e do adolescente Colômbia. UniRV
- MIYANO, M. S & SOUZA, E. R. (1997). *Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de acção colectiva*. Hist. Ciên, saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: v. 4, n.3, p.513- 531, Nov.
- MINAYO, M. S. (2006). *Violência e saúde*: Rio de Janeiro: Fiocruz.
- NETTO, J. P. (2001). *Cinco notas a propósito da questão social*. Revista Temporalis, n.3.ano ii, Jan/Jun
- OLIVEIRA, M.M, (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petropolis, vozes.
- PASSAMAI, G.L & SILVA, J.R.B (2009). *A história da educação infantil*. São Paulo: Editora FAEF.

PERREIRA, Aurea Pimental, (1991). *A nova Constituicao e o Direito de Familia*. Rio de Janeiro: renovar.

QUIVE, Samuel. (2009). *Sistemas formais e informais de protecção social em Moçambique*.

RIBEIRO, M. M. & MARTINS, R. B. (2009). *Violência doméstica contra a criança e o adolescente*. Curitiba: Juaria. 2ª edição.

RICHARDISON, et.al. (2007). *Pesquisa social: métodos e técnicas*: São Paulo: Atlas 3ª ed.rev. ampl.

REIS, T.R. (2012). Empoderamento e Grupos de Mútua Ajuda. In: ALARCON, S., & JORGE, MAS., Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

SANTOS, J. T. (1996). *A violência como dispositivo de excesso de poder social, Estado*. Brasília: V.10, n.2, p.281-298.

SILVA, Gustavo de Melo, (2011). *Adolescente em conflito com a lei no Brasil: da situação irregular a protecção*. Revista Brasileira de Historia & ciências sociais.

SILVA, E.L & MENEZES, E. M, (2001). Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: UFSC. 3ª edição revisada e actualizada.

SIQUEIRA, A.C et.al, (2010). *Retornando a família de origem: factores de risco e protecção no processo de reinserção familiar de um adolescente institucionalizado*. Revista Brasileira de crescimento e desenvolvimento humano.

SCHMICKLER, C. M. (1998). *Uma outra face da Violência*. Florianópolis. Inrevistakatalysis, n.02: UFSC.

SCHWEIGERT, W. (1994). *Research methods and statistics for psychology*, Brooks/cole publishing company.

SHECAIRA, S.S. & CORREA JUNIOR, A. (1995). *Pena e constituição*. São Paulo: RT

TOWNS, D. P. & SERPELL, Z. (2004). *Successes and challenges in triangulating methodologies in evaluations of exemplary urban schools*. In: THOMAS, V.G & STEVENS, F.L. (Eds). *Talent development framework, Hoboken: Wiley periodicals*.

THIOLLENT, M. (2005). *Metodologia de pesquisa - ação*. São Paulo: Cortes. 1º Edição

TRIVINOS, A. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: Pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: atlas.

WEISS, C. H. (1998). *Evaluation*. Upper saddle River: Prentice-Hall. 2 ed

YIN, R. k. (2001). *Estudo de caso planejamento e métodos*. porto alegre: editora. Bookman

ZANELLA, C. H. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Florianópolis: departamento de Administração/UFSC. 2ª edição. Reimpressão

# APÊNDICES

## **Apêndice A: TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO E ESACLARECIDO**

Saudações prezados /as colaboradores da Associação Hlayiseka. Sou Yoreca Julio Messias, estudante do curso de Licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Estou a realizar uma pesquisa sobre os desafios da Associação Hlayiseka na prevenção e no combate da Violência Doméstica contra as crianças de rua em processo de reinserção familiar, no âmbito da elaboração do trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Serviço Social a ser apresentada à Universidade Eduardo Mondlane, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, no Departamento de Sociologia. No entanto, solicito a vossa colaboração, participando em uma entrevista que será registada e gravada, no momento de emissão das respostas e, em todo processo serão garantidos o sigilo e o anonimato do entrevistado, evitando que, sua participação lhe cause qualquer dano ou exposição. O senhor(a) poderá fazer todas as perguntas que julgar necessário para o esclarecimento das suas dúvidas, tendo a liberdade de retirar seu consentimento e deixar de participar na pesquisa assim que a desejar, sem penalização alguma, mas peço imensamente a sua colaboração no fornecimento de dados, pois é fundamental para a concretização dos objectivos do presente estudo. Ademais, os dados disponibilizados servirão apenas para fins académicos.

Desde já agradeço a vossa atenção!

Atenciosamente:

---

**Maputo, \_\_\_\_/\_\_\_\_ 2022**

**Apêndice B: Guião de entrevista semi-estruturada para as crianças de rua em processo de reinserção familiar.**

Data da Entrevista: \_\_\_/\_\_\_/2022

Alcunha (atribuído pela pesquisadora ou sugestão da criança):

---

Idade: \_\_\_\_\_

1. Está fora de casa há quanto tempo?
2. Com quem morava?
3. Constituição familiar:

Relação criança e família

4. Vê sua família com frequência?
5. Como é sua rotina quando vai visitar a família?
6. Como era morar com sua família antes de viver na rua e na Associação Hlayiseka?
7. Como está sendo sua adaptação com a vizinhança e ao restante membros da família?
8. Qual é a sua ideia em relação ao retorno ao convívio familiar? Por quê?
9. Que dificuldades está a ter com sua família até este momento? Como você resolve?
10. O contacto com a sua família está a ser como você imaginou? Se não, o que está diferente?  
Está sendo melhor ou pior do que esperava?

## **Apêndice C: Guião de entrevista para os educadores da Associação Hlayiseka**

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- Cargo na instituição:
  - Tempo trabalho na Associação Hlayiseka:
1. O que entende por Reinserção familiar Reinserção?
  2. Que aspectos (indicadores) considera importante para que haja Reinserção Familiar?
  3. Quais são as dificuldades que as crianças e as famílias apresentam neste processo de retorno da criança para casa?
  4. Quais aspectos dificultam o processo de reinserção familiar?
  5. Quais são os principais problemas reportados pelas crianças neste processo de reinserção familiar?
  6. Como a Associação Hlayiseka trabalha os casos de Violência Doméstica contra crianças em processo de reinserção familiar?
  7. Que acções a Associação tem desenvolvido para garantir uma reinserção segura e prevenir e combater casos de violência Doméstica?
  8. Como se dá o processo de retorno da criança para casa? Fala sobre as etapas que se têm seguido aqui na associação.
  9. Após a separação da criança com a instituição há algum acompanhamento? Se sim, como é feito? Se não, porquê?
  10. Que desafios a Associação enfrenta na prevenção e combate da Violência Doméstica contra crianças em processo de reinserção familiar?

## Apêndice D: Guião de entrevista semi-estruturada para as famílias

Família n° \_\_\_\_\_

Data da entrevista \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2022

Nome da criança: \_\_\_\_\_ . Alcunha \_\_\_\_\_

Nome do responsável \_\_\_\_\_

Grau de parentesco \_\_\_\_\_

1. Quantas pessoas vivem na casa?
2. Quantas pessoas ajudam na renda familiar?
3. Como tem sido o convívio familiar nos dias em que a criança vem visitar?
4. O que pensa em relação ao retorno da criança ao convívio familiar?
5. Que condições a família está a criar para receber a criança, de modo, a evitar possível retorno desta á Rua?
6. Que dificuldades a família está a ter com o retorno da criança? E como resolve?
7. Qual é a expectativa que a família tem com o retorno da criança?